

1

DIREITO CIVIL

Parte Geral

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

17.^a edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- E-mail do autor: silvio@silviovenosa.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.10.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V575d

V. 1

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil : parte geral / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.
(Coleção Direito civil; 1)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-00919-4

1. Brasil. [Código civil (2002)]. 2. Direito civil - Brasil. I. Título. II. Série.

16-36555

CDU: 347.91/.95(81)

1079812

SUMÁRIO

Parte I

Introdução ao Direito Civil

1	Introdução ao Direito Civil.....	3
1.1	Tipicidade.....	6
2	Fontes do Direito	9
2.1	Lei.....	10
2.1.1	Classificação das Leis.....	12
2.2	Costume	15
2.3	Doutrina.....	18
2.4	Jurisprudência	19
2.5	Analogia	22
2.6	Princípios Gerais de Direito	23
2.7	Equidade.....	24
3	Direito Romano.....	27
3.1	Direito Romano – Compreensão e Importância	27
3.2	Fases do Direito Romano – sua Divisão	29
3.2.1	Período Régio.....	29
3.2.2	Período da República.....	31
3.2.3	Período do Principado.....	40
3.2.4	Período da Monarquia Absoluta	42
3.3	Sistema do <i>ius civile</i>	42
3.4	Sistema do <i>ius gentium</i>	44
3.5	Codificação de Justiniano – outras codificações.....	46
3.5.1	Código	48
3.5.2	<i>Digesto</i>	49

3.5.3	<i>Institutas</i>	51
3.5.4	<i>Novelas</i>	51
3.5.5	Características e Importância Geral da Compilação de Justiniano.....	52
3.5.6	Destino da Codificação de Justiniano	52
3.6	Direito Romano e Moderno Direito Civil Brasileiro.....	53
4	Direito Civil	55
4.1	Direito Privado em Face do Direito Público	55
4.2	Direito Civil como um Ramo do Direito Privado	58
4.3	Importância do Direito Civil	60
4.4	Objeto do Direito Civil.....	61
4.5	Fontes do Direito Civil	62
5	Sistemas Jurídicos	63
5.1	Que se Entende por Sistema Jurídico	63
5.2	Por que Estudar os Fundamentos dos Vários Sistemas Jurídicos	65
5.3	Sistemas Jurídicos no Mundo Contemporâneo	66
5.3.1	Introdução ao Sistema Romano-germânico	66
5.3.2	<i>Common Law</i>	67
5.3.3	Relações entre o Sistema Romano-germânico e o <i>Common Law</i>	71
5.3.4	Direitos Socialistas	72
5.3.5	Sistemas Filosóficos e Religiosos – Direito Chinês e Direito Japonês.....	74
5.4	Sistema Romano-germânico: Características.....	76
5.4.1	Universidades.....	77
5.4.2	Dos Costumes à Codificação.....	79
5.4.3	Novas Tendências.....	80
6	Codificação	83
6.1	Introdução.....	83
6.1.1	Efeitos Positivos e Negativos da Codificação	85
6.1.2	Novos Rumos da Codificação.....	86
6.2	Código de Napoleão	87
6.3	Código Alemão (BGB)	88

6.4	Outras Codificações do Século XX	90
6.5	Técnicas da Codificação.....	91
7	Direito Civil Brasileiro.....	93
7.1	Direito Civil antes do Código.....	93
7.2	As Várias Tentativas de Codificação.....	94
7.3	Código Civil Brasileiro de 1916	96
7.4	Tentativas de Reforma Legislativa.....	97
8	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	99
8.1	A Lei de Introdução	99
8.2	A Lei e sua Obrigatoriedade	100
8.3	<i>Vacatio Legis</i> . Vigência	102
8.4	Modificação ou Revogação da Lei	103
8.5	Ninguém se Escusa de Cumprir a Lei, Alegando que não a Conhece (art. 3º da Lei de Introdução)	105
8.6	Aplicação da Lei. Analogia, Costumes, Princípios Gerais de Direito.....	107
8.7	Os fins Sociais da Lei e as Exigências do Bem Comum.....	109
8.8	Ato Jurídico Perfeito, Direito Adquirido e Coisa Julgada.....	113

Parte II

Teoria Geral do Direito Civil

9	Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano	121
9.1	Pessoa Natural	121
9.2	Homem Sujeito de Direito – <i>Status Libertatis</i>	123
9.2.1	Escravidão	124
9.2.2	Condição de Liberto – Patronato.....	125
9.3	<i>Status Civitatis</i>	126
9.4	<i>Status Familiae</i>	127
10	Sujeitos de Direito (II)	129
10.1	Pessoa Natural	129
10.2	Começo da Personalidade Natural	131
10.2.1	Condição do Nascituro.....	135

10.3	Incapacidades. Absoluta e Relativa. Exclusão do Ausente Do Rol de Incapacidades	138
10.3.1	Menores de 16 Anos.....	141
10.3.2	A Deficiência Mental. O Estatuto da Pessoa com Deficiência	143
10.3.3	Incapacidade Transitória	144
10.4	Incapacidade Relativa. Maiores de 16 e Menores de 18 Anos.....	144
10.4.1	Pródigos	145
10.4.2	Ébrios, Toxicômanos, Deficientes Mentais e os Excepcionais sem Desenvolvimento Mental Completo	147
10.4.3	Surdos-mudos. Deficientes Visuais. Perspectivas no Atual Código	148
10.5	Proteção aos incapazes (<i>Leitura Adicional</i>)	148
10.6	Silvícolas (<i>Leitura Adicional</i>)	149
10.7	Emancipação.....	150
10.8	Ausência no Atual Código	155
10.9	Fim da Personalidade Natural. A Morte Presumida no Código Civil de 2002	156
10.9.1	Comoriência	163
10.9.2	Momento da Morte	165
10.10	Estado das Pessoas	166
10.11	Atos do Registro Civil.....	168
10.11.1	Nascimentos.....	171
10.11.2	Óbitos.....	172
10.11.3	Emancipação, Interdição e Ausência	172
10.11.4	Considerações Finais	172
11	Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais.....	175
11.1	Direitos da Personalidade. Noção e Compreensão	175
11.1.1	Direitos da Personalidade. Características. Enumeração	176
11.1.2	Tutela dos Direitos da Personalidade	179
11.1.3	Legitimidade para a Tutela dos Direitos da Personalidade	180
11.1.4	Proteção da Imagem, Nome, Privacidade e Outros Aspectos Afins.....	183
11.1.5	Direito do Próprio Corpo	191

11.1.6	Pessoa Jurídica e Direitos da Personalidade	194
11.2	Nome Civil das Pessoas Naturais	196
11.2.1	Origens Históricas.....	197
11.2.2	Natureza Jurídica.....	198
11.2.3	Elementos Integrantes do Nome	199
11.2.4	Nome: Prenome e Sobrenome. Possibilidade de Alteração	201
11.2.4.1	Alteração do nome da mulher e do marido ...	208
11.2.4.2	Apelido de família do padrasto ou da madras- ta	211
11.2.4.3	Redesignação do estado sexual e mudança de prenome	212
11.2.5	Proteção do Nome.....	215
12	Domicílio	219
12.1	Domicílio no Direito Romano	220
12.2	Domicílio, Residência e Moradia.....	221
12.3	Unidade, Pluralidade, Falta e Mudança de Domicílio	224
12.4	Importância do Domicílio	226
12.5	Espécies de Domicílio	227
12.5.1	Domicílio de Eleição (Foro de Eleição).....	231
12.6	Domicílio da Pessoa Jurídica.....	234
13	Pessoas Jurídicas no Direito Romano	237
13.1	Pessoa Jurídica – Introdução	237
13.2	Pessoa Jurídica no Direito Romano.....	237
13.3	Principais Pessoas Jurídicas	238
13.4	Capacidade das Pessoas Jurídicas no Direito Romano	239
14	Pessoas Jurídicas	241
14.1	Introdução.....	241
14.2	Denominação	243
14.3	Requisitos para a Constituição da Pessoa Jurídica	243
14.4	Natureza da Pessoa Jurídica.....	245
14.4.1	Doutrinas da Ficção	245
14.4.2	Doutrinas da Realidade	247

14.4.3	Doutrinas Negativistas.....	248
14.4.4	Doutrina da Instituição	248
14.4.5	Conclusão	249
14.5	Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica.....	250
14.6	Classificação das Pessoas Jurídicas	252
14.6.1	Pessoas Jurídicas de Direito Privado	254
14.6.2	Grupos com Personificação Anômala.....	256
14.7	Patrimônio como Elemento não Essencial da Pessoa Jurídica	260
14.8	Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas.....	260
14.8.1	Evolução Doutrinária Da Responsabilidade Civil Da Administração	266
14.8.2	Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do Código Civil de 2002.....	268
14.8.3	Aplicação da Teoria do Risco Administrativo.....	271
14.8.4	Responsabilidade por Atos Legislativos e Judiciais.....	272
14.8.5	Reparação do Dano: a Ação de Indenização	273
14.9	Nacionalidade das Pessoas Jurídicas	274
14.10	Começo da Existência Legal da Pessoa Jurídica	274
14.10.1	Registro da Pessoa Jurídica	276
14.11	Sociedades e Associações	277
14.11.1	Associações	279
14.11.2	Organizações Religiosas e Partidos Políticos.....	290
14.12	Fundações	291
14.13	Transformações e Extinção da Pessoa Jurídica	298
14.14	Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	301
15	Bens em Direito Romano	309
15.1	Introdução.....	309
15.2	As Coisas <i>In Patrimonio</i>	309
15.2.1	<i>Res Mancipie</i> e <i>Res Nec Mancipi</i>	310
15.2.2	Coisas Corpóreas e Coisas Incorpóreas	310
15.2.3	Móveis e Imóveis	311
15.3	Coisas <i>Extra Patrimonium</i>	311
15.3.1	<i>Res Humani Iuris</i>	312
15.3.2	<i>Res Divini Iuris</i>	312

15.4	Divisões Modernas de Bens.....	312
15.5	Patrimônio	313
16	Os Bens e sua Classificação.....	315
16.1	Bens e Coisas: Objeto do Direito	315
16.2	Bens Corpóreos e Incorpóreos.....	317
16.3	Móveis e Imóveis.....	317
16.3.1	Regime dos Bens Imóveis.....	318
16.3.2	Regime dos Bens Móveis.....	324
16.4	Bens Fungíveis e Infungíveis	325
16.5	Bens Consumíveis e não Consumíveis.....	328
16.6	Bens Divisíveis e Indivisíveis.....	331
16.7	Bens Singulares e Coletivos	333
16.8	Bens Reciprocamente Considerados: Principais e Acessórios. Pertencas	335
16.8.1	Frutos, Produtos e Rendimentos.....	341
16.8.2	Benfeitorias	342
16.9	Bens Públicos e Particulares.....	344
16.10	Bens que Estão Fora do Comércio.....	346
17	Fatos, Atos e Negócios Jurídicos.....	349
17.1	Introdução: os Fatos Jurídicos.....	349
17.2	Negócio Jurídico.....	353
17.2.1	Classificação dos Negócios Jurídicos.....	354
17.3	Atos Jurídicos no Direito Romano	356
18	Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos.....	359
18.1	Aquisição dos Direitos.....	359
18.1.1	Direitos Atuais e Direitos Futuros.....	360
18.1.2	Direitos Eventuais	362
18.1.3	Expectativas de Direito.....	362
18.1.4	Direitos Condicionais	362
18.1.5	Direitos Potestativos	364
18.2	Modificação dos Direitos	365
18.3	Defesa dos Direitos	366
18.3.1	Legítimo Interesse: Condições da Ação.....	369
18.4	Extinção Dos Direitos	371

19 Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies.....	373
19.1 Conceito	373
19.2 Evolução Histórica da Representação	374
19.3 Figura do Núncio	375
19.4 Representação Legal e Voluntária	376
19.5 Efeitos da Representação.....	379
20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade.....	383
20.1 Elementos, Pressupostos e Requisitos	383
20.2 Vontade e sua Declaração	385
20.2.1 Elementos Constitutivos da Declaração de Vontade.....	387
20.2.2 Silêncio como Manifestação de Vontade.....	388
20.3 Capacidade do Agente.....	390
20.3.1 Legitimação.....	391
20.4 Forma.....	392
20.5 Objeto	395
20.6 Causa.....	399
21 Interpretação dos Negócios Jurídicos	403
21.1 Sentido da Interpretação dos Negócios Jurídicos	403
21.2 Interpretação no Código Civil. A Boa-Fé	405
22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro	415
22.1 Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	415
22.2 Erro ou Ignorância.....	418
22.3 Escusabilidade do Erro.....	421
22.4 Erro Substancial e Erro Acidental.....	422
22.5 Erro Consistente numa Falsa Causa	426
22.6 Erro de Fato e Erro de Direito	427
22.7 Art. 141 do Código Civil	428
22.8 Art. 142 do Código Civil	429
22.9 Erro de Cálculo	429
22.10 Aceitação da Manifestação de Vontade Errônea pelo Declaratário	429

22.11 Erro e Vícios Redibitórios.....	430
22.12 Erro Sobre o Valor.....	430
22.13 Consequências da Anulação do Negócio por Erro – Interesse Negativo.....	431
23 Dolo.....	433
23.1 Conceito	433
23.2 Erro e Dolo.....	435
23.3 Dolo e Fraude	436
23.4 Requisitos do Dolo.....	436
23.4.1 Dolo Essencial e Dolo Acidental.....	437
23.4.2 <i>Dolus Bonus</i> e <i>Dolus Malus</i>	439
23.5 Dolo Positivo e Dolo Negativo	440
23.6 Dolo de Terceiro: Diferença de Tratamento da Coação Praticada por Terceiro no Código de 1916	442
23.7 Dolo do Representante.....	445
23.8 Dolo de Ambas as Partes.....	446
24 Coação e Estado de Perigo	449
24.1 Conceito	449
24.2 Requisitos da Coação.....	451
24.2.1 Essencialidade da Coação	452
24.2.2 Intenção de Coagir.....	453
24.2.3 Gravidade do Mal Cominado.....	453
24.2.4 Injustiça ou Ilícitude da Cominação.....	454
24.2.5 Dano Atual ou Iminente.....	456
24.2.6 Justo Receio de Prejuízo Igual, Pelo Menos, ao Decorrente do Dano Extorquido. A Posição do Atual Código.....	456
24.2.7 Ameaça de Prejuízo à Pessoa ou Bens da Vítima, ou Pessoas de Sua Família.....	457
24.3 O Temor Reverencial.....	458
24.4 Coação por Parte de Terceiros.....	459
24.5 Estado de Necessidade ou Estado de Perigo. Situações Afins.....	461
25 Lesão.....	465
25.1 Introdução.....	465

25.2	Noção Histórica.....	466
25.3	Conceito e Requisitos	467
25.4	Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor	473
25.5	Procedimento Judicial	475
25.6	Renúncia Antecipada à Alegação de Lesão	475
25.7	Prazo Prescricional	475
26	Fraude contra Credores	477
26.1	Introdução.....	477
26.2	Noção Histórica.....	478
26.3	Fraude em Geral.....	479
26.4	Fraude Contra Credores.....	480
26.4.1	Requisitos	484
26.4.2	Ação Pauliana	490
26.5	Casos Particulares Estatuídos na Lei	492
26.5.1	Outros Casos Particulares de Fraude Contra Credores ..	495
26.6	Fraude de Execução	496
26.7	Ação Revocatória Falencial.....	499
26.8	Conclusão.....	500
27	Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo	501
27.1	Introdução – Elementos Acidentais do Negócio Jurídico	501
27.2	Condição	502
27.2.1	Condições Lícitas e Ilícitas.....	505
27.2.2	Condição Perplexa e Potestativa	507
27.2.3	Condição Impossível no Código de 1916	510
27.2.3.1	Condições que invalidam o negócio jurídico no atual Código.....	512
27.2.4	Condição Resolutiva e Condição Suspensiva	513
27.2.5	Implemento ou Não Implemento das Condições por Malícia do Interessado. Frustração da Condição	518
27.2.6	Retroatividade da Condição	519
27.2.7	Condição e Pressuposição	521
27.3	Termo.....	522

27.3.1 O Prazo	524
27.4 Encargo.....	526
28 Invalidade dos Negócios Jurídicos.....	531
28.1 Introdução ao Estudo das Nulidades do Negócio Jurídico	531
28.2 Nulidade	532
28.2.1 Conversão do Negócio Jurídico.....	543
28.3 Anulabilidade	545
28.3.1 Ratificação ou Confirmação dos Negócios Anuláveis.....	549
28.4 Distinção entre Negócios Nulos e Negócios Anuláveis	551
28.5 Problemática da Inexistência dos Negócios Jurídicos.....	552
29 Simulação	555
29.1 Conceito	555
29.2 Requisitos.....	557
29.3 Espécies de Simulação	561
29.4 Simulação Absoluta e Simulação Relativa	564
29.5 Simulação Maliciosa e Simulação Inocente.....	566
29.6 Síntese da Simulação no Direito Atual.....	568
29.7 Simulação e Defeitos Afins. Reserva Mental. Reserva Mental no Código de 2002.....	569
29.8 Ação de Simulação	573
29.9 Prova da Simulação.....	577
30 Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito	581
30.1 Responsabilidade Civil, Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	581
30.2 Elementos da Responsabilidade Extracontratual (Extranegocial) ou Aquiliana.....	587
30.3 Exclusão ou Diminuição da Responsabilidade	592
30.4 Abuso de Direito	596
30.4.1 Conceito de Abuso de Direito	597
30.4.2 Alguns Exemplos Significativos de Abuso de Direito	599
30.4.3 Aplicação da Teoria do Abuso em Nosso Direito	600
30.4.4 Abuso de Direito no Atual Código Civil.....	602

31 Prescrição e Decadência	605
31.1 Influência do Tempo nas Relações Jurídicas	605
31.2 Prescrição Extintiva e Prescrição Aquisitiva	606
31.3 Síntese Histórica da Prescrição	608
31.4 Conceito e Requisitos da Prescrição.....	608
31.4.1 Ações Imprescritíveis.....	610
31.4.2 Prescrição e Decadência.....	611
31.4.3 Disposições Legais sobre a Prescrição.....	617
31.4.4 Impedimento, Suspensão e Interrupção da Prescrição ...	622
31.5 Prazos de Prescrição no Código de 1916 (Leitura Complemen- tar).....	632
31.6 Prescrição e Decadência no Código Civil de 2002. A Nova Deca- dência	633
32 Forma e Prova dos Negócios Jurídicos.....	637
32.1 Conceito, Valor e Função da Forma	637
32.1.1 Escritura Pública e Instrumento Particular	643
32.2 Prova dos Negócios Jurídicos	644
32.2.1 Meios de Prova	646
32.2.2 Confissão	647
32.2.3 Atos Processados em Juízo.....	649
32.2.4 Documentos Públicos ou Particulares.....	650
32.2.5 A Prova Testemunhal.....	652
32.2.6 Presunções e Indícios	656
32.2.7 A Perícia. A Inspeção Judicial.....	657
Bibliografia	661
Índice Remissivo.....	669

2

DIREITO CIVIL

Obrigações e Responsabilidade Civil

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

17.^a edição



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- E-mail do autor: silvio@silviovenosa.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.10.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V575d

V. 2

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: obrigações e responsabilidade civil / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

(Coleção Direito Civil; 2)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-00920-0

1. Direito civil – Brasil. 2. Responsabilidade (Direito). I. Título. II. Série.

16-36562

CDU: 347(81)

1079812

SUMÁRIO

1	Introdução ao Direito das Obrigações	1
1.1	Posição da Obrigação no Campo Jurídico.....	1
1.2	Definição	4
1.3	Distinção entre Direitos Reais e Direitos Pessoais.....	7
1.4	Importância do Direito das Obrigações.....	8
1.5	Evolução da Teoria das Obrigações	9
1.6	Posição do Direito das Obrigações no Código Civil e em seu Estudo	10
2	Estrutura da Relação Obrigacional.....	13
2.1	Introdução.....	13
2.2	Sujeitos da Relação Obrigacional.....	14
2.3	Objeto da Relação Obrigacional	15
2.3.1	Patrimonialidade da Prestação	17
2.4	Vínculo Jurídico da Relação Obrigacional	20
2.5	Causa nas Obrigações.....	21
3	Obrigações Naturais	25
3.1	Introdução.....	25
3.2	Direito Romano.....	28
3.3	Obrigações Naturais no Direito Brasileiro	29
3.4	Natureza Jurídica das Obrigações Naturais	35
3.5	Efeitos da Obrigação Natural	37
4	Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>) e Figuras Afins	39
4.1	Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>)	39

4.2	Ônus Reais	44
4.2.1	Ônus Reais e Obrigações Reais.....	45
4.2.2	Conceito.....	45
4.3	Obrigações com Eficácia Real	45
5	Fontes das Obrigações.....	49
5.1	Introdução.....	49
5.2	Fontes das Obrigações no Direito Romano.....	50
5.3	Visão Moderna das Fontes das Obrigações	51
5.4	Fontes das Obrigações no Código Civil de 1916 e no Atual Código	52
6	Classificação das Obrigações	55
6.1	Espécies de Obrigações	55
6.1.1	Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado	58
6.1.2	Obrigações de Garantia	61
6.2	Obrigações de Dar: Coisa Certa e Coisa Incerta	62
6.2.1	Obrigações de Dar.....	62
6.2.2	Obrigações de Dar Coisa Certa.....	63
6.2.2.1	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de dar coisa certa.....	65
6.2.2.2	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de dar coisa certa	68
6.2.2.3	Obrigações de restituir.....	69
6.2.2.4	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de restituir	69
6.2.2.5	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de restituir.....	71
6.2.2.6	Execução da obrigação de dar coisa certa	73
6.2.3	Obrigações Pecuniárias	74
6.2.4	Obrigações de Dar Coisa Incerta	78
6.3	Obrigações de Fazer e de não Fazer.....	81
6.3.1	Obrigação de Fazer	81
6.3.2	Obrigação de Dar e de Fazer.....	84
6.3.3	Obrigações de Fazer Fungíveis e não Fungíveis.....	85
6.3.4	Descumprimento das Obrigações de Fazer	86

6.3.5	Obrigações de não Fazer	92
6.3.6	Modo de Cumprir e Execução Forçada da Obrigação de não Fazer	93
6.4	Obrigações Alternativas e Facultativas.....	95
6.4.1	Obrigações Cumulativas e Alternativas	95
6.4.2	Obrigação Alternativa.....	95
6.4.3	Concentração e Cumprimento da Obrigação Alternativa	98
6.4.3.1	Retratibilidade da concentração	102
6.4.4	Acréscimos Sofridos pelas Coisas na Obrigação Alternativa	103
6.4.5	Obrigações Facultativas.....	103
6.4.5.1	Efeitos da obrigação facultativa	105
6.5	Obrigações Divisíveis e Indivisíveis.....	106
6.5.1	Conceito.....	106
6.5.2	Pluralidade de Credores e de Devedores.....	108
6.5.3	Indivisibilidade e Solidariedade	112
6.6	Obrigações Solidárias	113
6.6.1	Conceito.....	113
6.6.2	Antecedentes Históricos.....	115
6.6.3	Obrigações <i>in Solidum</i>	116
6.6.4	Características e Fundamento da Solidariedade.....	117
6.6.5	Fontes da Solidariedade.....	119
6.6.6	Solidariedade Ativa	122
6.6.6.1	Efeitos da solidariedade ativa.....	124
6.6.6.2	Extinção da solidariedade ativa	125
6.6.7	Solidariedade Passiva.....	125
6.6.7.1	Principais efeitos da obrigação solidária	126
6.6.7.2	Aspectos processuais da solidariedade. A coisa julgada	129
6.6.7.3	Pagamento parcial	130
6.6.8	Extinção da Solidariedade.....	131
6.7	Outras Modalidades de Obrigações	132
6.7.1	Obrigações Principais e Acessórias.....	132
6.7.2	Obrigações Líquidas e Ilíquidas	134

6.7.3	Obrigações Condicionais	136
6.7.4	Obrigações Modais.....	138
6.7.5	Obrigações a Termo	139
6.8	Obrigações de Juros. Obrigações Pecuniárias	142
6.8.1	Obrigações de Juros	142
6.8.1.1	Espécies de juros.....	143
6.8.1.2	Anatocismo	147
6.8.2	Obrigações Pecuniárias	148
7	Transmissão das Obrigações.....	153
7.1	Cessão de Crédito	153
7.1.1	Introdução. A Transmissibilidade das Obrigações	153
7.1.2	Conceito de Cessão de Crédito. Afinidades.....	154
7.1.3	Posição do Devedor	157
7.1.4	Natureza Jurídica.....	162
7.1.5	Requisitos. Objeto. Capacidade e Legitimação	162
7.1.6	Responsabilidade.....	163
7.1.7	Espécies.....	164
7.1.8	Efeitos.....	165
7.2	Assunção de Dívida	166
7.2.1	Conceito.....	166
7.2.2	Características.....	171
7.2.3	Espécies.....	171
7.2.4	Efeitos.....	174
7.3	Cessão de Posição Contratual (Cessão de Contrato)	177
7.3.1	Introdução.....	177
7.3.2	Transmissão das Obrigações em Geral.....	178
7.3.3	Cessão de Posição Contratual. Conceito.....	179
7.3.4	Natureza Jurídica.....	181
7.3.5	Figuras Afins.....	182
7.3.6	Campo de Atuação do Instituto	185
7.3.7	Modos de Formação	186
7.3.8	Efeitos.....	186
7.3.8.1	Efeitos entre cedente e cessionário.....	186

7.3.8.2	Efeitos entre cedente e cedido.....	188
7.3.8.3	Efeitos entre cessionário e cedido.....	189
7.3.9	Cessão de Posição Contratual no Direito Brasileiro.....	190
8	Pagamento.....	193
8.1	Extinção Normal das Obrigações	193
8.2	Natureza Jurídica do Pagamento.....	194
8.3	De Quem Deve Pagar. O <i>Solvens</i>	196
8.4	A Quem se Deve Pagar. O <i>Accipiens</i>	201
8.4.1	Credor Putativo	203
8.4.2	Quando o Pagamento Feito a Terceiro Desqualificado Será Válido	206
8.4.3	Pagamento Feito ao Inibido de Receber	206
8.5	Objeto do Pagamento e sua Prova	209
8.5.1	Prova do Pagamento	215
8.6	Lugar do Pagamento. Dívidas <i>Quérables</i> e <i>Portables</i>	221
8.7	Tempo do Pagamento	225
9	Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido	229
9.1	Introdução.....	229
9.2	Enriquecimento sem Causa. Conteúdo	230
9.3	Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido como Fonte de Obrigações	232
9.4	Tratamento da Matéria no Direito Romano.....	234
9.4.1	A <i>Condictio Indebiti</i>	235
9.4.2	Outras <i>Conditiones</i>	236
9.4.3	Síntese do Pensamento Romano	236
9.5	Direito Moderno, Sistema Alemão e Sistema Francês	237
9.6	Aplicação da Teoria do Enriquecimento sem Causa no Direito Brasileiro	240
9.6.1	Requisitos do Enriquecimento sem Causa	241
9.6.2	Aplicação do Instituto. A Jurisprudência Brasileira	244
9.6.3	Objeto da Restituição.....	247
9.7	Ação de <i>In Rem Verso</i>	248
9.7.1	A Subsidiariedade da Ação	252

9.8	Síntese Conclusiva do Enriquecimento sem Causa. Prescrição....	255
9.9	Pagamento Indevido.....	256
9.9.1	Pagamento em Geral. Conteúdo	257
9.9.2	Posição da Matéria na Lei. Fonte Autônoma de Obrigações.....	259
9.9.3	Pressupostos do Pagamento Indevido	259
9.9.4	Erro do <i>Solvens</i>	260
9.9.5	Pagamento de Dívida Condicional	263
9.10	Casos em que Aquele que Recebeu não é Obrigado a Restituir ...	263
9.10.1	Dívida Prescrita e Obrigação Natural.....	264
9.10.2	Pagamento para Fim Ilícito, Imoral ou Proibido por Lei....	264
9.10.3	Outra Hipótese de Não repetição. O art. 880	265
9.11	Pagamento Indevido que Teve por Objeto um Imóvel	266
9.11.1	<i>Accipiens Aliena</i> de Boa-fé por Título Oneroso	267
9.11.2	<i>Accipiens Aliena</i> de Boa-fé por Título Gratuito.....	267
9.11.3	<i>Accipiens Aliena</i> a Terceiro de Má-fé	267
9.11.4	Má-fé do <i>Accipiens</i>	268
9.11.5	Síntese	268
9.12	Conclusão.....	268
10	Formas Especiais de Pagamento e Extinção de Obrigações.....	271
10.1	Pagamento por Consignação.....	271
10.1.1	Interesse do Devedor em Extinguir a Obrigação	271
10.1.2	Objeto da Consignação	272
10.1.3	Hipóteses de Consignação	274
10.1.4	Procedimento da Consignação.....	283
10.2	Pagamento com Sub-rogação	289
10.2.1	Conceito.....	289
10.2.2	Origem Histórica.....	291
10.2.3	Natureza Jurídica e Institutos Afins	291
10.2.4	Sub-rogação Legal	293
10.2.5	Sub-rogação Convencional	296
10.2.6	Efeitos da Sub-rogação	297
10.3	Imputação de Pagamento.....	299
10.3.1	Conceito.....	299

10.3.2	Requisitos	302
10.3.3	Imputação de Pagamento Feita pelo Devedor	303
10.3.4	Imputação de Pagamento Feita pelo Credor	305
10.3.5	Imputação de Pagamento Feita pela Lei.....	306
10.4	Dação em Pagamento	307
10.4.1	Conceito.....	307
10.4.2	Requisitos e Natureza Jurídica	309
10.4.3	Equiparação da <i>Datio in Solutum</i> à Compra e Venda	311
10.5	Novação.....	312
10.5.1	Conceito e Espécies.....	312
10.5.2	Requisitos	320
10.5.3	Efeitos.....	322
10.6	Compensação	324
10.6.1	Conceito.....	324
10.6.2	Compensação em sua Origem Romana	325
10.6.3	Natureza Jurídica.....	326
10.6.4	Modalidades.....	326
10.6.5	Compensação Legal. Requisitos	327
10.6.5.1	Reciprocidade de créditos	327
10.6.5.2	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	329
10.6.5.3	Homogeneidade das prestações.....	330
10.6.5.4	Existência e validade do crédito compensante...	331
10.6.6	Obrigações não Compensáveis.....	332
10.6.7	Efeitos.....	335
10.7	Transação	335
10.7.1	Conceito. Peculiaridades	335
10.7.2	Natureza Contratual da Transação. Características	337
10.7.3	Modalidades. Forma	339
10.7.4	Objeto	340
10.7.5	Capacidade para Transigir. Poder de Transigir	342
10.7.6	Efeitos da Transação	343
10.7.7	Nulidades da Transação.....	345
10.7.8	Anulabilidades da Transação.....	345
10.7.9	Interpretação Restritiva da Transação.....	347

10.8	Compromisso	347
10.8.1	Conceito e Utilidade	347
10.8.2	Natureza Jurídica.....	349
10.8.3	Mediação	349
10.9	Confusão	350
10.9.1	Conceito e Natureza Jurídica.....	350
10.9.2	Fontes da Confusão.....	351
10.9.3	Espécies.....	352
10.9.4	Efeitos.....	352
10.9.5	Requisitos	353
10.10	Remissão	353
10.10.1	Conceito. Natureza Jurídica. Afinidades.....	353
10.10.2	Origem Histórica.....	354
10.10.3	Espécies.....	355
10.10.4	Efeitos.....	356
10.10.5	Remissão no Código Civil de 2002	356
11	Crise no Cumprimento da Obrigação. Inadimplemento. Mora	359
11.1	Cumprimento da Obrigação em Crise.....	359
11.2	Inadimplemento Absoluto e Inadimplemento Relativo.....	363
11.3	Inadimplemento Relativo. A Mora	366
11.3.1	Mora do Devedor	368
11.3.2	Efeitos da Constituição em Mora do Devedor	371
11.4	Mora do Credor.....	373
11.4.1	Efeitos da Mora do Credor.....	374
11.5	Purgação da Mora	376
12	Frustração no Cumprimento da Obrigação. Inexecução. Perdas e Danos	381
12.1	Descumprimento da Obrigação.....	381
12.2	Culpa do Devedor	382
12.2.1	Prova da Culpa.....	385

12.3	Inexecução das Obrigações sem Indenização. Caso Fortuito e Força Maior.....	385
12.3.1	Exoneração da Excludente. A Cláusula de Não Indenizar	388
12.4	Indenização. Perdas e Danos	391
12.4.1	Dano Moral ou Dano não Patrimonial	398
13	Cláusula Penal	401
13.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	401
13.2	Cláusula Penal Compensatória. Cláusula Penal Moratória.....	403
13.3	Funções da Cláusula Penal.....	410
13.4	Exigibilidade da Cláusula Penal	411
13.5	Imutabilidade, Alteração e Limite da Cláusula Penal	411
13.6	Cláusula Penal e Institutos Afins	415
13.7	Cláusula Penal e Obrigações Indivisíveis.....	416
13.8	Cláusula Penal em Favor de Terceiro e Assumida por Terceiro....	416
14	Sinal ou Arras	419
14.1	Conceito	419
14.2	Noção Histórica.....	421
14.3	Arras no Código Civil de 1916. Arras Confirmatórias.....	422
14.4	Arras Penitenciais. Função Secundária.....	426
14.5	Arras e Obrigação Alternativa.....	428
14.6	Arras e Cláusula Penal.....	428
14.7	Arras no Código de 2002	429
15	Responsabilidade Civil. Reapresentação do Tema. Princípios Gerais	433
15.1	Introdução. Responsabilidade Civil: Princípios Orientadores. Responsabilidades Subjetiva e Objetiva	433
15.2	Responsabilidade Objetiva. Risco	447
15.3	Lineamentos Históricos	457
15.4	Responsabilidade Civil e Penal.....	458
15.5	Responsabilidade Contratual e Extracontratual. (Responsabilidade Negocial e Extranegocial)	461
15.6	Ato Ilícito	464

15.7	Culpa.....	464
15.7.1	Culpa Concorrente.....	478
15.8	Dano e Indenização. Perda de uma Chance	481
15.8.1	Dano Moral ou Extrapatrimonial	491
15.9	Nexo Causal	500
15.10	Excludentes da Responsabilidade. Rompimento do Nexo Causal. Culpa da Vítima.....	501
15.11	Caso Fortuito e Força Maior.....	503
15.11.1	Estado de Necessidade. Legítima Defesa. Exercício Regular de Direito.....	508
15.12	Fato de Terceiro	513
15.13	Cláusula de Não Indenizar. Cláusula Limitativa de Responsabilidade ..	517
15.14	Imputabilidade	522
15.15	Direito e Responsabilidade do Sucessor Hereditário	523
16	Responsabilidade por Fato de Outrem	525
16.1	Responsabilidade Direta e Indireta.....	525
16.2	Responsabilidade dos Pais pelos Filhos Menores	536
16.3	Responsabilidade de Tutores e Curadores	544
16.4	Responsabilidade do Empregador e Assemelhado.....	546
16.5	Responsabilidade dos Donos de Hotéis e Similares	552
16.6	Responsabilidade dos Estabelecimentos de Ensino.....	555
16.7	Responsabilidade pelo Proveito do Crime.....	560
16.8	Responsabilidade das Pessoas Jurídicas de Direito Público e de Direito Privado. Responsabilidade do Estado e do Magistrado. Responsabilidade pela Deficiente. Prestação Jurisdicional. Responsabilidade por Atos Legislativos.....	561
16.9	Ação Regressiva.....	567
17	Responsabilidade pelo Fato das Coisas e pela Guarda ou Fato de Animais	571
17.1	Introdução e Compreensão. O Fato da Coisa	571
17.2	Responsabilidade pela Ruína de Edifício.....	579
17.3	Responsabilidade por Coisas Caídas de Edifícios	583
17.4	Responsabilidade por Fato ou Guarda de Animais	587

18 Responsabilidade Profissional: Responsabilidade Médica e Odontológica.....	597
18.1 O Médico e as Relações de Consumo.....	597
18.2 Natureza da Responsabilidade Médica	607
18.3 Relação Médico-paciente	613
18.4 Ética Médica e Responsabilidade. Sigilo Profissional	615
18.5 Cirurgia Plástica como Obrigação de Resultado	617
18.6 Responsabilidade pela Anestesia.....	621
18.7 Complexidade da Prova da Culpa. A Responsabilidade Médica no Código de Defesa do Consumidor.....	622
18.8 Responsabilidade do Odontólogo.....	629
19 Responsabilidade Civil nos Transportes.....	633
19.1 Introdução.....	633
19.2 Responsabilidade das Estradas de Ferro. Extensão de Aplicação dessa Lei. Código de Defesa do Consumidor nos Transportes.....	638
19.3 Transporte Gratuito	654
19.4 Transporte Aéreo e Aplicação do Código de Defesa do Consumidor.....	661
20 Sentença Criminal e Responsabilidade Civil	675
20.1 Introdução.....	675
20.2 Execução da Sentença Penal Condenatória.....	678
20.3 Sentença Penal Absolutória	689
21 Responsabilidade por Dano Ambiental.....	693
21.1 Introdução.....	693
21.2 Dano Ambiental.....	695
21.3 Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Objetiva	701
21.4 Responsabilidade por Atividades Nucleares.....	710
22 Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor.....	713
22.1 Introdução. O Atual Direito	713
22.2 Relação de Consumo e Responsabilidade Civil	724
22.3 Reparação de Danos	742

23 Outras Modalidades de Responsabilidade	753
23.1 Responsabilidade Civil dos Advogados	753
23.2 Responsabilidade Civil dos Bancos e Demais Instituições Financeiras	762
23.3 Responsabilidade dos Notários	770
23.4 Responsabilidade por Furto de Veículos em Estabelecimentos Comerciais e Assemelhados	773
23.5 Responsabilidade de Empreiteiros e Construtores	777
23.6 Dano Informático	779
23.7 Responsabilidade por Demanda Antecipada de Dívida ou de Dívida já Paga	784
23.8 Responsabilidade no Âmbito da Família	788
24 Dano e Reparação	793
24.1 Dano Emergente e Lucro Cessante. Perda da Chance.....	793
24.2 Danos Materiais e Danos Imateriais. Danos Morais. Dano Extrapatrimonial ou Moral à Pessoa Jurídica. Avaliação dos Danos Morais.....	803
24.3 Liquidação do Dano. Pensão Periódica e Pagamento Integral Único	816
24.4 Indenização em Caso de Homicídio.....	821
24.5 Indenização na Lesão Corporal	825
24.6 Legítima Defesa do Causador do Dano	828
24.7 Indenização por Injúria, Difamação e Calúnia. Indenização por Ofensa à Liberdade Pessoal.....	828
24.8 Responsabilidade por Usurpação e Esbulho	832
Bibliografia	835
Índice Remissivo	847

3

DIREITO CIVIL

Contratos

SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

17.^a edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- E-mail do autor: silvio@silviovenosa.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.10.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V575d

V. 3

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: contratos / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
(Coleção Direito Civil; 3)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-00921-7

1. Processo civil – Brasil. I. Título. II. Série.

16-36575

CDU: 347.91/.95(44)

1079812

SUMÁRIO

1	Universo das Relações Contratuais.....	1
1.1	Negócio Jurídico e Contrato.....	1
1.1.1	Contrato no Código Francês	2
1.1.2	Contrato no Código Civil Alemão e a Assimilação de seu Conceito.....	3
1.2	Antecedentes Históricos.....	4
1.3	Historicidade do Conceito de Contrato. Sua Evolução. A Chamada Crise do Contrato.....	5
1.4	Contrato no Código de Defesa do Consumidor	9
1.5	Relação Negocial Alcançada pelo Código de Defesa do Consu- midor	11
2	Princípios Gerais do Direito Contratual. Contrato de Adesão. Novas Manifestações Contratuais.....	15
2.1	Autonomia da Vontade	15
2.2	Força Obrigatória dos Contratos	17
2.3	Princípio da Relatividade dos Contratos	18
2.4	Princípio da Boa-fé nos Contratos. Desdobramentos. Proibição de Comportamento Contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)	19
2.4.1	A Boa-fé Contratual no Vigente Código. A Boa-fé Objeto- tiva	20
2.4.2	Função Social do Contrato.....	22
2.4.3	Proibição de Comportamento Contraditório: <i>Venire Contra Factum Proprium</i>	23
2.5	Novas Manifestações Contratuais. Contratos com Cláusulas Pre- dispostas	27
2.5.1	Despersonalização do Contratante	27
2.5.2	Contrato de Adesão.....	28

2.5.3	Contrato-tipo.....	32
2.5.4	Contrato Coletivo.....	32
2.5.5	Contrato Coativo.....	33
2.5.6	Contrato Dirigido ou Regulamentado	34
2.6	Relações não Contratuais. Acordo de Cavalheiros.....	35
3	Classificação dos Contratos (I)	37
3.1	Necessidade do Estudo da Classificação dos Contratos	37
3.2	Classificação no Direito Romano	39
3.3	Contratos Unilaterais e Bilaterais – Classificação Quanto à Carga de Obrigações das Partes.....	39
3.3.1	Relevância dessa Classificação. Exceção de Contrato não Cumprido nos Contratos Bilaterais. Cláusula Resolutória nesses Contratos	43
3.3.2	Possibilidade de Renúncia à Exceção de Contrato não Cumprido: Cláusula <i>Solve et Repete</i>	50
3.4	Contrato Plurilateral.....	52
4	Classificação dos Contratos (II)	55
4.1	Contratos Gratuitos e Onerosos.....	55
4.2	Contratos Comutativos e Aleatórios	57
4.2.1	Contratos Aleatórios no Código Civil.....	58
4.3	Contratos Típicos e Atípicos – Nominados e Inominados.....	62
4.3.1	Contratos Nominados e Inominados no Direito Romano.....	64
4.3.2	Compreensão e Interpretação Moderna dos Contratos Típicos e Atípicos	65
5	Classificação dos Contratos (III)	69
5.1	Contratos Consensuais e Reais.....	69
5.2	Contratos Solenes e não Solenes – Formais e não Formais.....	70
5.3	Contratos Principais e Acessórios.....	73
5.4	Contratos Instantâneos e de Duração	73
5.5	Contratos por Prazo Determinado e por Prazo Indeterminado ..	74
5.6	Contratos Pessoais e Impessoais	77
5.7	Contratos Cíveis e Mercantis.....	77
5.8	Contrato Preliminar.....	78

5.9	Contratos Derivados – Subcontratos	83
5.10	Autocontrato – Contrato Consigo Mesmo	85
6	Elementos do Contrato	89
6.1	Teoria dos Negócios Jurídicos Aplicada aos Contratos	89
6.2	Vontade no Plano Contratual. Consentimento. A Parte nos Contratos	90
6.2.1	Conceito de Parte e sua Sucessão nos Contratos	91
6.2.2	Formas de Manifestação da Vontade Contratual. O Silêncio como Manifestação.....	92
6.3	Capacidade dos Contratantes.....	94
6.4	Objeto dos Contratos.....	94
6.4.1	Causa e Objeto dos Contratos	96
6.4.2	Apreciação Pecuniária dos Contratos.....	96
6.5	Forma e Prova dos Contratos	97
6.6	Vícios da Vontade Contratual. Lesão. Práticas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor	99
7	Interpretação dos Contratos.....	103
7.1	Sentido da Interpretação	103
7.2	Linhas de Interpretação.....	105
7.3	Interpretação em Nossa Lei	106
7.4	Particularidades da Interpretação dos Contratos	111
7.5	Destinatários das Normas de Interpretação	111
7.6	Aspectos e Regras de Interpretação	112
7.7	Interpretação Integrativa e Integração dos Contratos.....	115
8	Teoria da Imprevisão. Revisão dos Contratos.....	117
8.1	Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de Revisão.....	117
8.2	Fundamentos da Possibilidade de Revisão Judicial dos Contratos	118
8.3	Justificativa para a Aplicação Judicial da Teoria da Imprevisão ...	119
8.4	Origens Históricas. A Cláusula <i>Rebus sic Stantibus</i>	123
8.5	Requisitos para a Aplicação da Cláusula.....	124
8.6	Como se Opera a Revisão. Efeitos	126
8.6.1	Soluções Legais. Direito Comparado.....	127
8.7	Cláusula de Exclusão da Revisão Judicial	131

9	Responsabilidade Contratual, Pré-contratual e Pós-contratual	133
9.1	Responsabilidade Contratual e Extracontratual	133
9.2	Requisitos da Responsabilidade Civil.....	135
9.2.1	Consequências da Responsabilidade Civil.....	136
9.2.2	Requisitos da Responsabilidade Contratual em Particular	137
9.3	Responsabilidade Pré-contratual	138
9.3.1	Recusa de Contratar.....	138
9.3.2	Rompimento de Negociações Preliminares	140
9.4	Responsabilidade Pós-contratual	143
10	Relatividade dos Contratos. Efeitos com Relação a Terceiros.....	145
10.1	Terceiros e o Contrato	145
10.2	Verdadeiros Terceiros na Relação Contratual.....	146
10.3	Contratos em Favor de Terceiros	147
10.3.1	Natureza Jurídica.....	151
10.3.2	Posição do Terceiro com Relação ao Contrato.....	151
10.4	Contrato para Pessoa a Declarar	152
10.5	Promessa de Fato de Terceiro	154
11	Desfazimento da Relação Contratual. Extinção dos Contratos.....	157
11.1	Transitoriedade e Desfazimento dos Contratos. Extinção	157
11.2	Resilição dos Contratos.....	159
11.2.1	Distrato e Forma.....	161
11.2.2	Quitação, Recibo	163
11.2.3	Iniciativa de um dos Contratantes. Resilição Unilateral, Revogação.....	163
11.3	Resolução. Cláusulas Resolutivas Expressa e Tácita	164
11.4	Resolução por Inexecução Involuntária.....	168
11.5	Resolução por Inadimplemento Antecipado.....	169
12	Formação e Conclusão dos Contratos.....	173
12.1	Consentimento. Vontade Contratual.....	173
12.1.1	Silêncio na Formação dos Contratos.....	175
12.2	Período Pré-contratual. Formação da Vontade Contratual.....	176
12.2.1	Contratos Preliminares. A Opção	178

12.3	Oferta ou Proposta.....	178
12.4	Força Vinculante da Oferta.....	181
12.4.1	Manutenção da Proposta pelos Sucessores do Ofertante	182
12.4.2	Proposta não Obrigatória.....	182
12.4.3	Aceitação	182
12.4.4	Duração e Eficácia da Proposta e da Aceitação. Retratação. Contratos por Correspondência: Teorias.....	183
12.4.5	Vinculação da Oferta no Código de Defesa do Consumidor.....	187
12.5	Formação dos Contratos por meio de Informática	189
12.6	Lugar em que se Reputa Celebrado o Contrato	192
12.7	Contratos que Dependem de Instrumento Público	192
12.8	Contratos sobre Herança de Pessoa Viva.....	193
12.9	Impossibilidade da Prestação e Validade dos Contratos	194
13	Vícios Redibitórios.....	195
13.1	Obrigações de Garantia na Entrega da Coisa.....	195
13.2	Vícios Redibitórios. Conceito	196
13.3	Noção Histórica.....	199
13.4	Requisitos	200
13.5	Efeitos	204
13.6	Exclusão da Garantia em Vendas sob Hasta Pública.....	206
13.7	Modificações da Garantia	206
13.8	Prazos Decadenciais no Código Civil de 1916.....	207
13.8.1	Prazos Decadenciais no Código de 2002	209
13.9	Vícios Ocultos segundo o Código de Defesa do Consumidor.....	211
13.9.1	Decadência e Prescrição no Código de Defesa do Consumidor. Vícios Aparentes e Ocultos.....	214
14	Evicção	217
14.1	Conceito	217
14.2	Noção Histórica.....	219
14.3	Requisitos	220
14.3.1	Requisito da Existência de Sentença Judicial.....	221
14.4	Intervenção do Alienante no Processo em que o Adquirente é Demandado	222

14.5	Exclusão da Responsabilidade por Evicção. Reforço da Garantia	224
14.6	Montante do Direito do Evicto.....	224
14.7	Evicção Parcial.....	227
14.8	Evicção nas Aquisições Judiciais.....	228
15	Vontade Privada e Contratos Administrativos	229
15.1	Direito Privado em Face do Direito Público	229
15.2	Contratos da Administração e Contratos Administrativos.....	230
15.3	Espécies de Contratos Administrativos	232
15.4	Características dos Contratos Administrativos	232
16	Arbitragem.....	235
16.1	Conceito e Utilidade.....	235
16.2	Natureza Jurídica.....	238
16.2.1	Mediação e Conciliação.....	238
16.3	Origem Histórica	239
16.4	Cláusula Compromissória. Novos Rumos Impostos pela Lei. Execução Específica: Ação para Instituição da Arbitragem.....	240
16.4.1	Aspectos da Cláusula Compromissória.....	243
16.4.2	Procedimentos para Execução Específica da Cláusula Compromissória.....	245
16.5	Modalidades.....	247
16.6	Requisitos do Compromisso. Autorização para Decidir por Equidade.....	248
16.7	Dos Árbitros	251
16.8	Do Procedimento Arbitral.....	252
16.9	Da Sentença Arbitral	255
16.9.1	Nulidade da Sentença Arbitral	257
16.10	Sentenças Arbitrais Estrangeiras.....	259
16.11	Extinção do Compromisso	262
17	Introdução ao Direito Especial dos Contratos	263
17.1	Direito Especial dos Contratos ou Contratos em Espécie	263
17.2	Evolução da Técnica Contratual.....	265
18	Compra e Venda.....	267
18.1	Conceito. Efeitos Obrigacionais do Contrato de Compra e Venda.....	267

18.2	Classificação.....	273
18.3	Elementos Constitutivos. Coisa, Preço e Consentimento. Forma	275
18.3.1	Falta de Legitimação do Contratante na Compra e Venda	285
18.3.1.1	Venda a Descendente (art. 1.132 do Código de 1916 e art. 496 do Código de 2002)	285
18.3.1.2	Negócios Jurídicos Assemelhados à Compra e Venda. Incidência ou não da Anulabilidade	287
18.3.1.3	Natureza Jurídica da Nulidade Conforme o Código de 1916. Prescrição. Leitura complementar	290
18.3.1.4	A Hipótese de Venda de Ascendente a Descendente no Código de 2002.....	290
18.3.1.5	Consentimento dos Descendentes. O Consentimento do Cônjuge no Código de 2002	291
18.3.1.6	Venda a Descendente por Interposta Pessoa	293
18.3.1.7	Ação de Nulidade do art. 1.132. A Anulação no Código de 2002	295
18.3.2	Ausência de Legitimidade para Sujeitos com Ingerência sobre Bens do Vendedor.....	296
18.3.3	Falta de Legitimação Decorrente do Casamento	298
18.3.4	Falta de Legitimação do Condômino para Vender a Estranho a Coisa Indivisa (Art. 504). Direito de Preferência..	299
18.4	Efeitos Complementares da Compra e Venda.....	300
18.4.1	Riscos da Coisa Vendida	301
18.4.2	Garantia para Tradição da Coisa. Insolvência do Comprador.....	303
18.4.3	Despesas de Escritura e Tradição. Exigência Fiscal	304
18.4.4	Defeito Oculto na Venda de Coisas Conjuntas	305
18.4.5	Garantia Contra Vícios Redibitórios e Evicção	307
18.5	Venda por Amostra.....	307
18.6	Venda <i>Ad Corpus</i> e <i>Ad Mensuram</i>	311
18.7	Proteção do Consumidor-Comprador. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Compra e Venda. Cláusulas Abusivas. Perda das Quantias Pagas na Venda a Prazo	317
18.8	Compra e Venda Internacional. Convenção de Viena de 1980 (CISG).....	320
18.8.1	Incoterms.....	324

19 Cláusulas Especiais da Compra e Venda.....	327
19.1 Retrovenda.....	327
19.2 Venda a Contento. Venda Sujeita a Prova.....	333
19.3 Preempção ou Preferência	337
19.3.1 Preferência do Inquilino.....	341
19.4 Pacto de Melhor Comprador.....	345
19.5 Pacto Comissório	347
19.6 Venda com Reserva de Domínio	351
19.7 Venda sobre Documentos.....	355
19.8 Venda Mediante Poupança	355
19.9 Alienação Fiduciária.....	356
20 Troca ou Permuta.....	363
20.1 Conceito	363
20.2 Natureza	364
20.3 Efeitos	366
21 Contrato Estimatório ou de Consignação.....	369
21.1 Conceito. Conteúdo. Características	369
21.2 Natureza Jurídica.....	371
21.3 Alcance	373
21.4 Direitos e Obrigações do Consignante.....	373
21.5 Direitos e Deveres do Consignatário.....	374
21.6 Estimação do Preço.....	374
22 Doação.....	377
22.1 Conceito. Natureza Contratual. Conteúdo. Origens. Características	377
22.1.1 Animus Donandi.....	381
22.2 Aceitação. Capacidade e Legitimação	384
22.3 Objeto. Doação Universal. Doações Inoficiosas	386
22.3.1 Doações em Prejuízo dos Credores do Doador	391
22.3.2 Cláusulas Restritivas de Incomunicabilidade, Inalienabilidade e Impenhorabilidade nas Doações.....	392
22.4 Forma.....	393
22.5 Efeitos. Obrigações das Partes.....	394

22.6	Modalidades.....	395
22.6.1	Doações entre Cônjuges.....	399
22.6.2	Doação entre Concubinos.....	400
22.7	Reversão por Premoriência do Donatário.....	401
22.8	Resolução. Revogação das Doações.....	402
22.8.1	Prazo Decadencial da Ação Revogatória.....	407
22.8.2	Consequências da Sentença que Decreta a Revogação.....	408
22.8.3	Legitimidade para a Ação Revogatória.....	409
22.9	Promessa de Doação.....	410
23	Locação de Coisas. Lei do Inquilinato	413
23.1	Espécies. Conceitos. Natureza.....	413
23.1.1	Capacidade. Objeto. Aluguel	416
23.2	Obrigações do Locador e do Locatário na Locação em Geral	418
23.2.1	Prazo. Alienação da Coisa Locada na Locação em Geral.....	423
23.3	Locação Predial. Lei do Inquilinato.....	426
23.3.1	Locações Regidas pelo Código Civil e Leis Especiais.....	427
23.3.2	Locação Residencial. Hipóteses de Denúncia Vazia ou Imotivada. Desfazimento da Locação.....	428
23.3.3	Locação para Temporada	432
23.3.4	Locação não Residencial. Ação Renovatória	434
23.3.4.1	Oposição à Pretensão de Renovação.....	438
23.3.4.2	Rescisão do Contrato de Locação de Hospitais, Estabelecimentos de Saúde e de Ensino	440
23.3.4.3	Locação Destinada a Titulares de Pessoa Jurídica em Razão do Exercício da Função	441
23.3.5	Extinção de Usufruto e de Fideicomisso.....	442
23.3.6	Alienação de Imóvel Durante a Locação.....	443
23.3.7	Morte do Locador e do Locatário	443
23.3.7.1	Separação e Divórcio do Locatário	445
23.3.8	Cessão, Sublocação e Empréstimo do Imóvel	445
23.3.9	Sublocação.....	446
23.3.10	Aluguel. Ação Revisional.....	447
23.3.11	Direitos e Deveres do Locador	448
23.3.12	Direitos e Deveres do Locatário	450

23.3.13	Direito de Preferência	454
23.3.14	Benfeitorias	457
23.3.15	Garantias Locatícias	458
23.3.16	Penalidades Decorrentes da Locação	460
23.3.17	Nulidades no Contrato de Locação Predial	462
23.3.18	Direito Processual do Inquilinato	463
24	Empréstimo: Comodato	465
24.1	Empréstimo em Geral	465
24.2	Comodato. Natureza. Objeto. Forma	465
24.3	Capacidade das Partes	469
24.4	Promessa de Comodato.....	470
24.5	Prazo	470
24.6	Direitos e Obrigações do Comodatário. Riscos	473
24.7	Direitos e Obrigações do Comodante	475
24.8	Restituição. Interpelação. Pagamento de Aluguel. Benfeitorias....	477
24.9	Comodato Modal	478
24.10	Extinção.....	480
25	Empréstimo: Mútuo	481
25.1	Conceito. Natureza.....	481
25.2	Objeto. Forma.....	487
25.3	Obrigações das Partes.....	488
25.4	Empréstimo de Dinheiro. Juros	489
25.5	Capacidade. Empréstimo Feito a Menor.....	492
25.6	Extinção.....	494
26	Prestação de Serviços	497
26.1	Conceito. Denominação.....	497
26.2	Natureza. Distinção de Outros Contratos	501
26.3	Objeto e Alcance da Prestação de Serviços	504
26.3.1	Aliciamento de Mão de Obra Alheia	505
26.3.2	Ausência de Habilitação para a Prestação do Serviço	506
26.4	Duração do Contrato.....	507
26.5	Extinção. Justa Causa.....	509

27 Empreitada.....	513
27.1 Conceito. Importância.....	513
27.1.1 Espécies. Revisão de Preço. O Projeto e a Fiscalização.....	515
27.1.2 Forma.....	523
27.2 Figuras Afins: Prestação de Serviço, Contrato de Trabalho, Mandato, Compra e Venda, Fornecimento. Construção por Administração	524
27.3 Sujeitos. Direitos e Deveres do Dono da Obra.....	527
27.4 Direitos e Deveres do Empreiteiro.....	532
27.5 Subempreitada.....	534
27.6 Verificação e Aceitação da Obra. Extinção do Contrato	535
27.7 Responsabilidade do Construtor. Responsabilidade perante Terceiros.....	537
27.7.1 Responsabilidade do Construtor no Atual Código.....	540
28 Depósito	541
28.1 Conceito. Natureza. Objeto.....	541
28.1.1 Forma.....	547
28.1.2 Depositário Incapaz	548
28.1.3 Pluralidade de Depositantes	548
28.2 Espécies. Depósito Voluntário.....	549
28.3 Obrigações das Partes.....	550
28.4 Depósito Obrigatório: Legal e Necessário	552
28.5 Ação de Depósito	556
28.5.1 Depositário Infel. Prisão	556
28.6 Extinção do Contrato de Depósito	560
29 Mandato.....	561
29.1 Conceito. Natureza. Procuração. Representação e Mandato.....	561
29.2 Aceitação do Mandato.....	570
29.3 Capacidade das Partes	571
29.3.1 Obrigações do Mandatário e do Mandante. Excesso de Mandato.....	573
29.4 Forma. Modalidade. Procuração.....	582
29.4.1 Mandato Judicial	589
29.5 Substabelecimento	591

29.6	Ratificação.....	593
29.7	Procuração em Causa Própria. Contrato Consigo Mesmo ou Autocontrato.....	594
29.8	Extinção do Mandato. Revogação.....	597
30	Comissão	605
30.1	Conceito e Natureza.....	605
30.2	Remuneração do Comissário	611
30.3	Obrigações do Comissário.....	612
30.3.1	Comissão <i>Del Credere</i>	616
30.4	Direitos do Comissário	618
30.5	Obrigações e Direitos do Comitente	620
30.6	Extinção do Contrato de Comissão.....	621
31	Agência e Distribuição.....	623
31.1	Tratamento Conjunto de Ambos os Contratos. Os Contratos de Agência e Distribuição e o Representante Comercial	623
31.2	Comercialização por Terceiros.....	625
31.3	Agência.....	626
31.3.1	Agência e contrato de <i>lobby</i>	629
31.3.2	Características. Remuneração do Agente.....	630
31.3.3	Prazo	633
31.4	Distribuição	634
32	Corretagem	637
32.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	637
32.2	Corretor.....	643
32.3	Remuneração.....	644
32.3.1	Outros Direitos e Deveres do Corretor	651
32.4	Extinção.....	653
33	Transporte	655
33.1	Conceito. Origens	655
33.2	Natureza Jurídica.....	660
33.2.1	Espécies.....	662
33.3	Sujeitos.....	663

33.4	Objeto	664
33.5	Frete	665
33.6	Obrigações das Partes. Vistoria e Protesto. Responsabilidade do Transportador.....	665
33.7	Transporte de Pessoas.....	669
33.7.1	Transporte Gratuito	676
33.8	Transporte de Coisas	678
33.9	Conhecimento	683
33.10	Bilhete de Passagem.....	684
33.11	Particularidades do Transporte Aéreo	684
34	Seguro	689
34.1	Origens. Conceito	689
34.2	Características. Natureza Jurídica.....	693
34.3	Objeto	701
34.4	Risco.....	703
34.4.1	Espécies.....	705
34.4.2	Seguro de Homem Casado em Favor da Concubina.....	713
34.5	Prêmio	714
34.5.1	Mora no Pagamento do Prêmio	715
34.6	Indenização. Rateio.....	717
34.7	Partes. Seguro Mútuo	722
34.8	Obrigações do Segurado	723
34.9	Obrigações do Segurador.....	726
34.9.1	Morte Voluntária do Segurado	728
34.10	Instrumentos Contratuais.....	729
34.11	Multiplicidade de Seguros. Cosseguro	732
34.12	Resseguro	735
34.13	Sub-rogação	737
34.14	Extinção do Contrato de Seguro	739
34.15	Prescrição.....	740
35	Constituição de Renda.....	743
35.1	Conceito. Origens. Utilidade. Características. Direito Obrigacional e Direito Real	743

35.2	Fontes.....	746
35.3	Nulidade de Constituição. Direito de Acrescer.....	747
35.4	Direitos e Obrigações das Partes.....	748
35.5	Extinção.....	749
36	Jogo e Aposta	751
36.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	751
36.2	Espécies de Jogo. Natureza da Obrigação. Características	752
36.3	Contratos Diferenciais.....	757
36.4	Sorteio.....	757
37	Fiança.....	759
37.1	Conceito. Natureza. Modalidades.....	759
37.2	Extensão da Fiança	766
37.3	Fiança e Obrigação Natural.....	768
37.4	Requisitos Subjetivos. Legitimidade. Outorga Conjugal	768
37.5	Efeitos da Fiança. Benefício de Ordem. Sub-rogação	771
37.6	Exoneração da Fiança.....	779
37.7	Fiança na Locação Imobiliária	784
37.8	Exceções Opostas pelo Fiador.....	786
37.9	Extinção da Fiança.....	787
38	Dos Atos Unilaterais: Promessa de Recompensa. Concurso.....	789
38.1	Promessa de Recompensa como Negócio Jurídico Unilateral. Conceito. Generalidades	789
38.2	Conteúdo.....	793
38.3	Prêmio ou Recompensa. Exigibilidade	794
38.4	Revogabilidade	795
38.5	Concurso.....	796
39	Dos Atos Unilaterais: Gestão de Negócios.....	799
39.1	Conceito. Natureza.....	799
39.2	Requisitos	804
39.3	Obrigações e Direitos do Gestor	805
39.4	Obrigações e Deveres do Dono. Utilidade da Gestão	806
39.5	Ratificação e Desaprovação da Gestão.....	807

39.6	Casos Assemelhados à Gestão. Emprego Útil	808
39.7	Extinção da Gestão. Ações	809
40	Fornecimento	811
40.1	Conceito	811
40.2	Natureza Jurídica. Características	812
40.3	Modalidades. Elementos	813
40.4	Distinção de Outras Modalidades Contratuais	814
40.5	Obrigações das Partes	815
40.6	Extinção	816
41	Incorporação Imobiliária	817
41.1	Incorporador. Incorporação. Conceito. Natureza Jurídica	817
41.2	Partes	822
41.3	Objeto	823
41.4	Conteúdo. Lançamento da Incorporação. Construção	823
41.5	Construção por Empreitada e por Administração. Venda por Preço Global	825
41.6	Obrigações e Direitos do Incorporador	828
41.7	Obrigações e Direitos dos Adquirentes. Inadimplemento Contratual. Aplicação do Art. 53 do Código de Defesa do Consumidor	829
41.8	Comissão de Representantes e Assembleia Geral de Adquirentes. Convenção do Condomínio	832
41.9	Inadimplência do Incorporador	834
41.10	Inadimplência do Adquirente	837
41.11	Extinção	838
41.12	O patrimônio de afetação. Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	838
42	Compromisso de Compra e Venda	841
42.1	Conceito. Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real	841
42.2	Natureza Jurídica do Compromisso de Compra e Venda de Imóvel. Particularidades	842
42.3	Adjudicação Compulsória	844
42.4	Características da Promessa de Compra e Venda	848
43	Garagem	851
43.1	Conceito	851

43.2	Características	853
43.3	Natureza Jurídica. Semelhança com Outros Contratos	854
43.4	Obrigações das Partes.....	855
43.5	Proteção do Usuário. Cláusula de Exclusão de Responsabilidade	855
43.6	Prazo	859
43.7	Extinção.....	859
44	Representação Comercial	861
44.1	Conceito. Distinção da Representação Comercial de Outros Contratos e do Contrato de Agência	861
44.2	Representante Comercial Autônomo Segundo a Lei nº 4.886/65	865
44.3	Forma e Conteúdo do Contrato de Representação. Prazo	865
44.4	Direitos e Obrigações das Partes.....	867
44.5	Rescisão. Denúncia. Extinção do Contrato	868
45	Transferência de Tecnologia. Licença e <i>Know-How</i>.....	873
45.1	Terminologia. Conceito.....	873
45.2	Contrato de Licença.....	876
45.3	Contrato de <i>Know-how</i>	877
45.4	Outros Contratos	879
45.5	Extinção.....	880
46	Franquia.....	881
46.1	Conceito. Origens. Modalidades.....	881
46.2	Natureza Jurídica. Características. Cláusulas Específicas.....	887
46.3	Direitos e Deveres das Partes. Circular de Oferta de Franquia.....	889
46.4	Extinção do Contrato	892
47	<i>Factoring</i> (Faturização)	893
47.1	Conceito	893
47.2	Modalidades.....	895
47.3	Características	896
47.4	Obrigações das Partes. Posição do Cedido.....	899
47.5	Extinção do Contrato	900
48	<i>Leasing</i> (Arrendamento Mercantil)	901
48.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	901
48.2	Origens	903

48.3	Espécies	904
48.3.1	Tratamento Legislativo no Brasil.....	905
48.3.2	Obrigações das Partes	906
48.4	Ações Judiciais.....	907
48.5	Extinção do Contrato	910
49	Sociedade.....	911
49.1	Pessoa Jurídica e Sociedade	911
49.2	Contrato de Sociedade. Natureza Jurídica.....	912
49.2.1	Figuras Afins.....	919
49.3	Modalidades.....	919
49.3.1	Sociedade e Associação	925
49.3.2	Sociedade de Fato e Sociedade Irregular.....	926
49.4	Direitos e Deveres dos Sócios.....	927
49.5	Administração	929
49.6	Obrigações da Sociedade e dos Sócios Perante Terceiros.....	931
49.7	Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio. Dissolução da Sociedade	932
50	Contratos Agrários: Arrendamento e Parceria.....	941
50.1	Direito Agrário e Princípios Contratuais.....	941
50.2	Arrendamento Rural. Distinção da Parceria	944
50.3	Parceria.....	945
50.4	Prazos.....	946
50.5	Forma.....	948
50.6	Direito de Preferência.....	949
50.7	Renovação ou Prorrogação do Contrato.....	950
50.8	Benfeitorias e Direito de Retenção	951
50.9	Preço no Arrendamento.....	952
50.10	Preço na Parceria.....	953
50.11	Ação de Despejo.....	953
50.12	Falsa Parceria	954
50.13	Extinção dos Contratos	955
51	Contratos de Direitos Autorais.....	957
51.1	Conceito. Âmbito. Edição	957

51.2	Obrigações do Autor.....	961
51.3	Direitos do Autor	963
51.4	Obrigações do Editor.....	965
51.5	Direitos do Editor	966
51.6	Extinção.....	967
51.7	Contratos de Encomenda de Obra Intelectual.....	967
51.8	Transferência de Direitos Autorais	968
51.9	Representação e Execução Dramática e Musical	971
Bibliografia		975
Índice Remissivo.....		985

4

DIREITO CIVIL

Reais

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

17.^a edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- E-mail do autor: silvio@silviovenosa.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.10.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V575d

V. 4

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: reais / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
(Coleção Direito Civil; 4)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-00922-4

1. Direito civil – Brasil. 2. Direitos reais – Brasil. I. Título. II. Série.

SUMÁRIO

1	Universo dos Direitos Reais	1
1.1	Relação das Pessoas com as Coisas.....	1
1.2	Direitos Reais e Direitos Pessoais	4
1.3	Divagações Doutrinárias Acerca da Natureza dos Direitos Reais	10
1.4	Situações Intermediárias entre Direitos Reais e Direitos Pessoais....	12
1.4.1	Obrigações <i>Propter Rem</i>	14
1.4.2	Ônus Reais.....	17
1.4.3	Obrigações com Eficácia Real	17
2	Efeitos do Direito Real	21
2.1	Denominação: Direito das Coisas. Direitos Reais	21
2.2	Direito Real e Eficácia <i>Erga Omnes</i>	21
2.3	Ações Reais	22
2.4	Classificação dos Direitos Reais.....	23
2.5	Tipicidade Estrita dos Direitos Reais e Normas de Ordem Pública....	25
3	Da Posse.....	27
3.1	Defesa de um Estado de Aparência	27
3.2	Posse e Propriedade. Juízo Possessório e Juízo Petitório	31
3.3	Conceito de Posse: <i>Corpus</i> e <i>Animus</i> . Detenção. Fâmulos da Posse.....	41
3.4	Objeto da Posse. Posse de Direitos	51
4	Classificações da Posse.....	55
4.1	Posse Direta e Indireta.....	55
4.2	Composse.....	62
4.3	Posse Justa e Injusta. Posse Violenta, Clandestina e Precária	71
4.4	Posse de Boa-fé e de Má-fé. Justo Título.....	76
4.5	Princípio de Continuidade do Caráter da Posse	82
4.6	Posse <i>ad Interdicta</i> e Posse <i>ad Usucapionem</i> . Posse Nova e Posse Velha	85

X | DIREITO CIVIL • VOL. 4 • Venosa

5	Aquisição, Conservação, Transmissão e Perda da Posse	87
5.1	Aquisição da Posse	87
5.1.1	Aprensão da Coisa ou Exercício do Direito. Aquisição Originária e Derivada. Presunção de Posse dos Móveis	89
5.1.1.1	Modalidades de tradição	92
5.1.2	Disposição da Coisa ou do Direito	95
5.1.3	Modos de Aquisição da Posse em Geral	96
5.1.4	Quem Pode Adquirir a Posse	97
5.2	Transmissão da Posse	99
5.3	Conservação e Perda da Posse	101
5.3.1	Perda da Posse pelo Abandono	102
5.3.2	Perda da Posse pela Tradição	103
5.3.3	Perda ou Destruição da Coisa. Coisas Postas Fora do Comércio	104
5.3.4	Posse de Outrem. Perda da Posse do Ausente	104
5.3.5	Perda da Posse pelo Constituto-Possessório	106
5.3.6	Perda da Posse de Direitos	106
5.4	Perda ou Furto da Coisa Móvel e Título ao Portador	107
5.5	Atos que não Induzem Posse	108
5.6	Posse de Móveis Contidos em Imóvel	109
6	Dos Efeitos da Posse (I): Frutos, Produtos e Benfeitorias. Indenização pela Perda ou Deterioração da Coisa. Usucapião	111
6.1	Efeitos da Posse. Sua Classificação. Proteção Possessória	111
6.2	Percepção dos Frutos	115
6.3	Indenização por Benfeitorias e Direito de Retenção	120
6.4	Indenização dos Prejuízos. Indenização pela Deterioração ou Perda da Coisa	126
6.5	Usucapião	129
7	Dos Efeitos da Posse (II): Defesa da Posse. Interditos. Processo. Outras Ações de Defesa da Posse	131
7.1	Fundamentos e Âmbito da Proteção Possessória. Histórico	131
7.2	Legítima Defesa da Posse. Desforço Imediato	134
7.3	Interditos Possessórios. Ações Possessórias no Código de Processo Civil	140
7.3.1	Ação de Esbulho ou de Indenização Movida Contra Terceiro	142

7.3.2	Fungibilidade das Ações Possessórias	143
7.3.3	Aplicação das Ações Possessórias às Coisas Móveis.....	144
7.3.4	Ação Real ou Ação Pessoal.....	146
7.3.5	Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias	147
7.3.6	Natureza Dúplice da Ação Possessória.....	148
7.3.7	Exceção de Domínio	150
7.3.8	Ações de Força Nova e de Força Velha. A Medida Liminar nas Ações Possessórias.....	156
7.3.8.1	Quando mais de uma pessoa se disser possuidora.....	159
7.3.9	Carência de Idoneidade Financeira do Autor Beneficiado pela Liminar	160
7.4	Interdito Proibitório.....	161
7.5	Manutenção de Posse	163
7.6	Reintegração de Posse	164
7.7	Embargos de Terceiro	165
7.8	Nunciação de Obra Nova	167
7.9	Ação de Dano Infecto	169
7.10	Imissão de Posse.....	169
7.11	Servidões e Proteção Possessória	170
8	Propriedade	173
8.1	Notícia Histórica	173
8.2	Aspectos da Finalidade Social da Propriedade. A Expropriação do Art. 1.228, § 4º.....	175
8.2.1	O Estatuto da Cidade.....	181
8.3	Sobre a Natureza Jurídica da Propriedade.....	182
8.4	Objeto do Direito de Propriedade	183
8.5	Restrições ao Direito de Propriedade.....	189
8.6	Noção de Patrimônio.....	190
9	Aquisição da Propriedade em Geral. Aquisição da Propriedade Imóvel. Usucapião e suas Modalidades.....	191
9.1	Propriedade Móvel e Imóvel. Princípios Gerais.....	191
9.1.1	Sistemas de Aquisição da Propriedade.....	192
9.1.2	Ação Pessoal para Entrega de Coisa. Aspectos Processuais.....	196
9.1.3	Aquisição Originária e Derivada; a Título Singular e a Título Universal.....	198

XII | DIREITO CIVIL • VOL. 4 • Venosa

9.2	Aquisição da Propriedade Imóvel pela Transcrição. Registro de Imóveis: Princípios Gerais. Registro Torrens.....	200
9.3	Acessão	206
9.3.1	Acessão por Formação de Ilhas	207
9.3.2	Acessão por Formação de Aluvião	208
9.3.3	Acessão por Avulsão	210
9.3.4	Acessão por Álveo Abandonado	212
9.3.5	Construções e Plantações.....	214
9.3.5.1	Construções em imóvel alheio. Disposições do Código de 2002.....	217
9.3.6	Acessão Natural de Animais	220
9.4	Usucapião: Introdução. Notícia Histórica.....	220
9.4.1	Fundamentos da Usucapião.....	222
9.4.2	Requisitos da Usucapião. Usucapião Ordinária e Extraordinária no Código de 1916.....	223
9.4.2.1	Justo título e boa-fé na usucapião ordinária no Código de 1916	228
9.4.3	Usucapião no Código de 2002. Modalidades. Uma Nova Perspectiva	230
9.4.4	Usucapião Especial. Constituição de 1988. Usucapião Familiar.....	234
9.4.4.1	Usucapião coletiva instituída pelo Estatuto da Cidade. Aquisição de propriedade de imóvel reivindicando (art. 1.228, § 4º, do Código)....	239
9.4.5	Processo de Usucapião.....	242
9.4.6	Reconhecimento Extrajudicial de Usucapião	244
9.5	Aquisição pelo Direito Hereditário	244
10	Ação Reivindicatória e Outros Meios de Tutela da Propriedade	247
10.1	Juízo Possessório e Juízo Petitório. Tutela da Propriedade.....	247
10.2	Ação Reivindicatória	249
10.3	Ação Declaratória.....	251
10.4	Ação Negatória	252
10.5	Outros Meios de Tutela da Propriedade	254
11	Aquisição da Propriedade Móvel.....	255
11.1	Introdução.....	255
11.2	Ocupação	256
11.2.1	Caça.....	257

11.2.2	Pesca.....	258
11.2.3	Invenção ou Descoberta.....	259
11.2.4	Tesouro	262
11.3	Especificação.....	265
11.4	Confusão, Comistão e Adjunção	266
11.5	Usucapião da Coisa Móvel.....	268
11.6	Tradição.....	272
12	Perda da Propriedade. Desapropriação	279
12.1	Hipóteses de Perda da Propriedade Móvel e Imóvel	279
12.2	Alienação.....	280
12.3	Renúncia.....	281
12.4	Abandono.....	283
12.5	Perecimento do Objeto.....	284
12.6	Desapropriação. Natureza.....	286
12.6.1	Modalidades de Desapropriação	288
12.6.2	Objeto da Desapropriação.....	290
12.6.3	Declaração Expropriatória	290
12.6.4	Processo da Desapropriação	291
12.6.5	Indenização e Pagamento.....	297
12.6.6	Desapropriação Indireta.....	298
12.6.7	Desistência da Desapropriação. Revogação e Anulação do Ato Expropriatório	301
12.6.8	Retrocessão.....	301
12.6.9	Servidão Administrativa, Requisição e Ocupação Provi- sória.....	304
13	Direitos de Vizinhança. Uso Nocivo da Propriedade	307
13.1	Uso Nocivo, Mau Uso e Prejuízo Decorrentes de Direito de Vizi- nhança	307
13.1.1	Dificuldade da Noção de Uso Nocivo da Propriedade....	313
13.1.2	Ações Decorrentes do Uso Nocivo da Propriedade. Dano Infecto	319
13.2	Árvores Limítrofes	324
13.3	Passagem Forçada	325
13.3.1	Passagem de Cabos e Tubulações.....	330
13.4	Águas	332

XIV | DIREITO CIVIL • VOL. 4 • Venosa

13.5	Limites entre Prédios. Demarcação	339
13.6	Direito de Construir	346
13.7	Direito de Tapagem.....	355
14	Condomínio em Geral	361
14.1	Comunhão de Direitos e Condomínio.....	361
14.2	Antecedentes Históricos e Natureza do Condomínio.....	361
14.3	Modalidades e Fontes do Condomínio	363
14.4	Direitos e Deveres dos Condôminos	367
14.5	Administração do Condomínio	374
14.6	Venda da Coisa Comum. Venda de Quinhão Comum. Divisão e Extinção do Condomínio	376
14.7	Condomínio em Paredes, Cercas, Muros e Valas	381
14.8	Compásco	382
15	Condomínio Edilício. Outras Modalidades de Condomínio	383
15.1	Denominação e Natureza Jurídica. Duplicidade de Natureza no Direito de Propriedade: Unidades Autônomas e Áreas Comuns. Personificação.....	383
15.2	Constituição e Objeto. Incorporação Imobiliária.....	387
15.3	Convenção de Condomínio. Regimento Interno	393
15.4	Direitos e Deveres dos Condôminos. Infrações e Penalidades. Restrição ao Direito do Condômino. Possibilidade de Exclusão de Condômino ou Ocupante.....	399
15.4.1	Terraço de Cobertura. Vagas de Garagem e Áreas de Lazer e de Utilização Comum	412
15.5	Despesas de Condomínio. Cobrança. Obras e Reformas	417
15.5.1	Inquilino na Unidade Autônoma. Lei do Inquilinato	424
15.6	Assembleia Geral de Condôminos	426
15.7	Administração do Condomínio. O Síndico.....	429
15.8	Extinção do Condomínio Horizontal	431
15.9	Novas Manifestações Condominiais: Loteamentos Fechados, Multipropriedade Imobiliária (<i>Time-Sharing</i>), <i>Shopping Centers</i> , Clubes de Campo, Cemitérios.....	432
16	Propriedade Resolúvel.....	439
16.1	Hipóteses Legais.....	439
16.2	Propriedade Sujeita a Condição ou Termo.....	440
16.3	Propriedade Resolúvel por Causa Superveniente	444

17	Garantia Fiduciária. Propriedade Fiduciária	447
17.1	Alienação Fiduciária em Garantia. Origens. Conceito. A Propriedade Fiduciária no Código Civil de 2002	447
17.2	Garantia Fiduciária dos Bens Móveis. Requisitos e Alcance. Lei nº 10.931/2004. Sujeitos	453
17.2.1	Consequências do Inadimplemento na Alienação Fiduciária de Bens Móveis	459
17.2.2	Obrigações do Credor na Alienação Fiduciária de Bens Móveis.....	459
17.2.3	Garantia Fiduciária de Móveis na Falência.....	460
17.3	Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel.....	460
17.3.1	Extinção da Alienação Fiduciária Imobiliária.....	461
17.3.2	Leilão.....	462
17.3.3	Outras Disposições: Cessão de Posição Contratual, Reintegração de Posse, Fiança, Insolvência. Forma.....	463
18	Direitos Reais Sobre Coisas Alheias. Enfiteuse e Superfície	465
18.1	Propriedade e Direitos Reais Limitados.....	465
18.2	Enfiteuse. Conceito. Notícia Histórica	469
18.2.1	Enfiteuse. Efeitos. Constituição. Objeto.....	472
18.2.2	Direitos e Deveres do Enfiteuta.....	475
18.2.3	Direitos e Deveres do Senhorio.....	477
18.2.4	Extinção da Enfiteuse	479
18.2.5	Ações Decorrentes da Enfiteuse	483
18.2.6	Enfiteuse da União	484
18.3	Direito de Superfície. Conceito e Compreensão.....	484
18.3.1	Direito de Superfície no Estatuto da Cidade. Cotejo com o Código Civil.....	488
18.3.2	Direitos das Partes. Pagamento. Transmissão do Direito. Preferência.....	490
18.3.3	Extinção	491
19	Servidões.....	493
19.1	Conceito. Notícia Histórica	493
19.1.1	Servidões e Limitações Decorrentes de Vizinhança. Servidões Administrativas	497
19.1.2	Modalidades de Servidão. Origem Histórica.....	498
19.2	Classificação.....	499

19.3	Características	503
19.4	Exercício do Direito de Servidão	508
19.5	Origem e Constituição das Servidões	511
19.6	Extinção das Servidões.....	516
19.7	Ações Decorrentes das Servidões	518
20	Usufruto. Uso. Habitação.....	521
20.1	Conceito de Usufruto. Notícia Histórica	521
20.2	Natureza Jurídica. Características, Finalidades e Objeto. Usufruto Impróprio. Constituição e Transcrição. Acessórios.....	523
20.3	Afinidade e Distinção com Outros Institutos. Usufruto e Fidei- comisso. Usufruto Sucessivo.....	529
20.4	Modalidades. Usufrutos Especiais	531
20.5	Inalienabilidade.....	533
20.6	Direito de Acrescer entre Usufrutuários	536
20.7	Direitos do Usufrutuário.....	540
20.8	Deveres do Usufrutuário.....	541
20.9	Direitos e Obrigações do Nu-proprietário.....	544
20.10	Usufruto de Pessoa Jurídica e sobre Patrimônio.....	544
20.11	Extinção do Usufruto	546
20.12	Direito Real de Uso	549
20.13	Direito Real de Habitação	551
20.14	Ações Decorrentes de Usufruto, Uso e Habitação	553
21	Rendas Constituídas Sobre Imóveis (leitura adicional).....	555
21.1	Contrato de Constituição de Renda e Direito Real. Notícia His- tórica	555
21.2	Características do Direito Obrigacional de Constituição de Renda.....	556
21.3	Características como Direito Real	557
21.4	Direitos e Obrigações do Credor e do Rendeiro.....	560
21.5	Extinção.....	560
21.6	Ações Decorrentes da Constituição de Renda	561
22	Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real. Direito do Promitente Comprador	563
22.1	Origens. Conceito	563
22.2	Natureza Jurídica.....	568
22.3	Adjudicação Compulsória	571
22.4	Lineamentos Gerais da Promessa de Compra e Venda.....	574

23	Direitos Reais de Garantia.....	579
23.1	Conceito. Notícia Histórica. Natureza. Bens Móveis e Imóveis. Penhor, Hipoteca e Anticrese	579
23.2	Relação entre o Crédito e a Garantia. Eficácia contra Terceiros. Excussão. Especialização. Preferência	581
23.3	Garantia Prestada por Terceiros.....	585
23.4	Indivisibilidade. Remição. Direito Real de Garantia no Condomínio.....	587
23.5	Capacidade para Instituir a Garantia e seu Objeto.....	590
23.6	Proibição do Pacto Comissório.....	591
23.7	Princípio da Prioridade.....	593
23.8	Antecipação de Vencimento das Obrigações. Substituição e Reforço da Garantia Real.....	593
23.9	Extinção dos Direitos Reais de Garantia.....	596
24	Penhor	597
24.1	Conceito. Características. Modalidades.....	597
24.2	Penhor Convencional. Constituição. Objeto.....	601
24.2.1	Direitos e Obrigações do Credor e Devedor Pignoratício	604
24.3	Penhor Legal.....	606
24.4	Modalidades Especiais de Penhor. Penhor Rural (Agrícola e Pecuário). Penhor Industrial. Penhor Mercantil.....	610
24.4.1	Penhor de Veículos.....	617
24.5	Penhor de Direitos e Caução de Títulos de Crédito	618
24.6	Extinção do Penhor	622
24.7	Ações Decorrentes do Penhor	625
25	Hipoteca.....	627
25.1	Notícia Histórica	627
25.2	Princípios Gerais.....	630
25.2.1	Registro da Hipoteca. Dúvida.....	636
25.3	Hipoteca Convencional.....	640
25.4	Hipoteca Legal.....	641
25.5	Hipoteca Judicial.....	645
25.6	Pluralidade de Hipotecas e Insolvência do Devedor.....	645
25.6.1	Abandono do Imóvel Hipotecado pelo Adquirente	647
25.7	Efeitos da Hipoteca	648
25.8	Remição.....	648

25.8.1	Perempção da Hipoteca.....	653
25.8.2	Prefixação de Valor do Imóvel Hipotecado para Fins de Arrematação, Adjudicação e Remissão	654
25.9	Hipotecas Contraídas no Período Suspeito da Falência	654
25.9.1	Loteamento ou Constituição de Condomínio no Imóvel Hipotecado	655
25.10	Extinção da Hipoteca	658
25.11	Cédula Hipotecária Habitacional.....	663
25.12	Execução da Dívida Hipotecária. Execução Extrajudicial da Dívida Hipotecária.....	664
25.13	Hipoteca Naval, Aérea e de Vias Férreas. Minas e Pedreiras.....	666
26	Anticrese. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	669
26.1	Conceito. Notícia Histórica	669
26.2	Direitos e Deveres do Devedor e do Credor.....	672
26.3	Extinção da Anticrese. Anticrese de Bens Móveis.....	674
26.4	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	675
27	Direitos de Autor	679
27.1	Conceito. Conteúdo.....	679
27.2	Objeto do Direito Autoral.....	682
27.3	Conceituação de Autor. Direitos Morais.....	687
27.4	Direitos Patrimoniais do Autor. Cessão de Direitos.....	688
27.5	Direitos Conexos.....	692
27.6	Registro das Obras Intelectuais	692
27.7	Direitos Autorais no Campo da Informática.....	693
27.8	Associações de Titulares de Direito de Autor	694
27.9	Alguns Aspectos dos Direitos Autorais. Obra Feita sob Encomenda. Obra Publicitária. Transmissões Radiofônicas e Televisivas. Obras de Artes Plásticas. Obra Fotográfica. Obra Jornalística. Obras Fonográficas e Cinematográficas	695
27.10	Tutela dos Direitos Autorais	700
	Bibliografia	703
	Índice Remissivo.....	709

5

DIREITO CIVIL

Família

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

17.^a edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- E-mail do autor: silvio@silviovenosa.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.10.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V575d

V. 5

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: família / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
(Coleção Direito civil; 5)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-00923-1

1. Direito de família. 2. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Série.

16-37079

347.6(81)

1079812

SUMÁRIO

1	Introdução ao Direito de Família.....	1
1.1	Compreensão.....	1
1.2	Lineamentos históricos	3
1.3	Família moderna. Novos Fenômenos Sociais	5
1.4	Natureza Jurídica da Família	9
1.5	Direito de família	10
1.5.1	Características Peculiares.....	14
1.6	Direito de Família no Brasil. Constituição de 1988.....	16
1.7	Estado de Família.....	19
1.7.1	Ações de Estado.....	21
2	Casamento e União Estável.....	23
2.1	Introdução. Justificação do Presente Título.....	23
2.2	Lineamentos Históricos	25
2.3	Casamento no Direito Brasileiro. Conceito.....	26
2.3.1	Natureza Jurídica do Casamento.....	27
2.3.2	Características do Casamento. Finalidades. Pressupostos	28
2.3.3	Casamento Civil e Religioso	32
2.3.4	Esponsais: Promessa de Casamento	33
2.3.5	Corretagem Matrimonial.....	37
2.4	União de Fato. União estável. Concubinato	38
2.4.1	Natureza Jurídica da União Estável. Conceito e Compreensão. Elementos Constitutivos.....	44
2.4.2	União Estável e Casamento. Aspectos Legais da União Estável	53
2.5	Mosaico Familiar.....	59

3	Formalidades Preliminares. Habilitação para o Casamento.....	61
3.1	Lineamentos Históricos	61
3.2	Habilitação	62
3.3	Suprimento do Consentimento.....	69
3.4	Procedimento de Habilitação	72
3.4.1	Dispensa de Proclamas.....	74
4	Impedimentos Matrimoniais. Causas de Anulação e Causas Suspensivas	77
4.1	Legitimação e Capacidade para o Casamento.....	77
4.2	Aspectos Gerais dos Impedimentos	79
4.3	Impedimentos no Código de 2002	80
4.4	Casamento Anulável. Impedimentos Relativos	88
4.5	Causas Suspensivas	93
4.6	Oposição de Impedimentos.....	97
5	Celebração e Prova do Casamento.....	99
5.1	Ritos Matrimoniais	99
5.2	Cerimônia do Casamento	100
5.2.1	Suspensão da Cerimônia.....	104
5.2.2	Casamento Perante Autoridade Diplomática.....	105
5.3	Casamento por Procuração	106
5.4	Casamento Sob Moléstia Grave. Casamento Nuncupativo.....	107
5.5	Casamento Religioso com Efeitos Cíveis.....	110
5.6	Prova do Casamento. Posse de Estado de Casado	112
6	Casamento Inexistente, Nulo e Anulável	115
6.1	Casamento Inexistente	115
6.2	Nulidade e Inexistência do Casamento.....	119
6.3	Nulidades do Casamento	120
6.3.1	Legitimação para Arguir Nulidade	122
6.3.2	Casos de Nulidade.....	122
6.4	Casamento Anulável. Legitimação. Prazos.....	125
6.4.1	Hipóteses de Anulação. Coação	125
6.4.2	Erro Essencial sobre a Pessoa	127
6.4.3	Erro Quanto à Identidade, Honra e Boa Fama	129

6.4.4	Ignorância de Crime	132
6.4.5	Defeito Físico Irremediável ou Moléstia Grave. Doença Mental.....	133
6.4.6	Prazos para Ação de Anulação	135
6.5	O Dolo não é Causa de Anulação	136
7	Casamento Putativo	137
7.1	Conceito	137
7.2	Condições do Casamento Putativo.....	139
7.2.1	Erro de Direito e Erro de Fato no Casamento Putativo.....	140
7.3	Efeitos do Casamento Putativo	143
7.4	Declaração de Putatividade	145
8	Eficácia do Casamento. Direitos e Deveres dos Cônjuges. Introdução ao Direito Conjugal Patrimonial.....	147
8.1	Introdução.....	147
8.1.1	Eficácia do Casamento	149
8.1.2	Princípios Gerais do Direito Patrimonial entre os Cônjuges. Alteração de Regime	151
8.2	Deveres dos Cônjuges.....	162
8.3	Direitos e Deveres do Marido no Código de 1916. Os Direitos Homogêneos no Código de 2002.....	165
9	Separação e Divórcio.....	173
9.1	Introdução.....	173
9.2	Separação e Divórcio. Aspectos Legais Comparativos.....	177
9.2.1	Nome da Mulher. Nome dos Cônjuges	181
9.3	Separação Judicial. Modalidades (Leitura Complementar)	188
9.3.1	Processo de Separação, Divórcio por Mútuo Consentimento. Possibilidade de Realização por Escritura Pública.....	193
9.3.1.1	Alimentos. Renúncia aos alimentos na separação	199
9.3.1.2	Guarda e proteção dos filhos na separação e nas várias situações assemelhadas. Guarda compartilhada e suas particularidades	208
9.3.1.3	Partilha. Promessa de doação	212

XII | DIREITO CIVIL • VOL. 5 • Venosa

9.3.2	Separação Litigiosa	216
9.3.2.1	O dano moral no rompimento da sociedade conjugal e no direito de família	219
9.3.2.2	Separação por conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento (leitura complementar).....	220
9.3.2.3	Separação por ruptura da vida em comum (leitura complementar).....	221
9.3.2.4	Separação por grave doença mental (leitura complementar).....	222
9.3.2.5	Indeferimento da separação na forma do art. 6º da Lei nº 6.515/77. Cláusula de dureza. Dispositivo ausente no Código Civil de 2002 (leitura complementar).....	223
9.3.2.6	Efeitos patrimoniais na forma do § 3º do art. 1.572 (leitura complementar).....	224
9.3.2.7	Proteção à pessoa dos filhos na separação litigiosa e no divórcio. Guarda dos filhos. Direito de visitas.....	225
9.3.3	Reconciliação. Efeitos	230
9.3.4	Separação de Corpos e Outras Medidas Cautelares	230
9.4	Divórcio.....	232
9.4.1	Modalidades de Divórcio. Processo.....	233
9.4.2	Conversão da Separação Judicial em Divórcio.....	234
9.4.2.1	Partilha no divórcio.....	237
9.4.3	Divórcio Direto. Consensual e Litigioso	237
9.4.4	Efeitos do Divórcio.....	240
10	Parentesco	241
10.1	Conceito e Compreensão	241
10.2	Modalidades de Parentesco	245
10.3	Contagem de Graus	246
10.4	Afinidade.....	247
10.5	Efeitos do Parentesco.....	249
11	Filiação.....	251
11.1	Conceito	251

11.2	Filiação Legítima. Paridade na Filiação	252
11.2.1	Conceito de Filiação Legítima.....	255
11.2.2	Provas de Paternidade. Os Filhos Provenientes de Inseminação Artificial. A Reprodução Assistida	266
11.2.3	Biogenética e Paternidade.....	270
11.3	Ação de Filiação Legítima.....	275
11.3.1	Ação Negatória de Maternidade.....	279
12	Filiação fora do Casamento	281
12.1	Evolução Legislativa.....	281
12.2	Reconhecimento de Filiação.....	285
12.2.1	Reconhecimento Voluntário. Lei nº 8.560/92. Atual Código.....	286
12.2.2	Averiguação Oficiosa de Paternidade.....	291
12.2.3	Oposição ao Reconhecimento	295
12.2.4	Anulação do Reconhecimento	296
12.3	Investigação de Paternidade	299
12.3.1	Provas Científicas de Paternidade	305
12.4	Efeitos do Reconhecimento	306
12.5	Investigação de Maternidade.....	307
13	Adoção.....	309
13.1	Conceito	309
13.2	Lineamentos Históricos	311
13.3	Natureza Jurídica.....	313
13.4	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Evolução Legislativa. A Lei da Adoção.....	318
13.5	Guarda	321
13.6	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei da Adoção. Requisitos.....	324
13.6.1	Estágio de Convivência.....	334
13.6.2	Adoção Internacional	334
13.6.3	Sentença e Registro	337
13.6.4	Efeitos da Adoção.....	339
13.6.5	Cadastro de Crianças e Adolescentes para Adoção.....	341

13.7	Adoção: O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Atual Código Civil. Lei da Adoção.....	343
14	Poder Familiar. Alienação Parental	345
14.1	Introdução. Lineamento Histórico. Compreensão	345
14.2	Titularidade do Poder Familiar. Sujeitos.....	349
14.3	Conteúdo do Poder Familiar ou da Autoridade Parental.....	354
14.4	Particularidades.....	357
14.5	Poder Familiar Quanto à Pessoa dos Filhos	357
14.6	Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores.....	360
14.7	Suspensão, Perda e Extinção do Poder Familiar	363
14.8	Alienação Parental	368
15	Regimes de Bens.....	373
15.1	Introdução.....	373
15.2	Princípios Gerais. Requisitos do Pacto Antenupcial	378
15.2.1	Separação Obrigatória de Bens	379
15.2.1.1	Comunhão de aquestos na separação legal no sistema de 1916. O atual Código	381
15.2.2	Redução a Termo. Escritura Pública	383
15.3	Comunhão parcial	387
15.3.1	Bens Excluídos da Comunhão Parcial.....	387
15.3.2	Bens que Ingressam na Comunhão	391
15.3.3	Administração dos Bens na Comunhão Parcial	392
15.4	Comunhão Universal de Bens.....	394
15.4.1	Bens Excluídos da Comunhão Universal	396
15.5	Regime de Participação Final nos Aquestos.....	399
15.6	Separação de Bens.....	404
15.7	Regime Dotal	405
15.8	Outros Regimes.....	406
15.9	Doações Antenupciais.....	407
15.10	Disciplina Patrimonial entre Companheiros ou Conviventes. Contrato de Convivência na União Estável.....	408
16	Alimentos	413
16.1	Introdução. Conceito. Origens.....	413

16.2	Pressupostos da Obrigação Alimentar	415
16.3	Modalidades. Características.....	421
16.4	Sujeitos da Obrigação Alimentícia	432
16.4.1	Alimentos aos Filhos Menores. Alimentos à Mulher Gestante	436
16.4.2	Alimentos aos Filhos Maiores, Pais e Irmãos	438
16.4.3	Alimentos Decorrentes do Casamento.....	441
16.4.4	Alimentos na União Estável.....	447
16.5	Transmissão da Obrigação Alimentar.....	448
16.6	Conteúdo e Condições da Prestação Alimentícia.....	450
16.7	Ação De Alimentos. Lei nº 5.478/68.....	451
16.7.1	Execução de Alimentos. Prisão do Devedor.....	453
17	Bem de Família.....	457
17.1	Origem Histórica	457
17.2	Legislação. Conceituação. Natureza Jurídica.....	458
17.3	A Lei nº 8.009, de 29-3-90.....	460
17.4	Objeto e Valor do Bem de Família.....	464
17.5	Legitimação para a Instituição e Destinação do Bem	466
17.6	Requisitos.....	468
17.7	Inalienabilidade e Impenhorabilidade do Bem de Família. Aplicação na Lei nº 8.009/1990.....	469
17.8	Duração	473
17.9	Processo de Constituição	474
17.10	O Bem de Família no Código Civil de 2002.....	476
18	União Estável. Uniões Homoafetivas.....	481
18.1	União Estável e Direito de Família	481
18.2	Reconhecimento da União Estável	488
18.3	Apontamentos sobre a Polêmica Legislação.....	488
18.4	Convenções Entre os Conviventes.....	489
18.5	Contratos Afetivos	491
18.6	Dissolução da União Estável. Patrimônio.....	494
18.7	União de Pessoas do Mesmo Sexo. Homoafetividade e o Direito	498
18.7.1	Introdução	498

18.7.2	Escorço Histórico	501
18.7.3	Aspectos.....	502
18.7.4	Direitos	503
18.7.5	Homoafetividade e União	504
18.7.6	Homoafetividade e Adoção.....	506
19	Tutela.....	509
19.1	Introdução. Conceito. Origens.....	509
19.2	Particularidades da Tutela. Responsabilidade do tutor.....	516
19.3	Fontes da Tutela.....	517
19.3.1	Requisitos da Tutela	523
19.4	Os Tutores. Tutela e Poder Familiar	524
19.4.1	Nomeação de Casal para o Encargo de Tutores	526
19.5	Incapazes de Exercer a Tutela	526
19.5.1	Proibições Legais.....	527
19.6	Escusa dos Tutores.....	528
19.7	Garantia da Tutela.....	529
19.8	Exercício da Tutela.....	531
19.9	Bens dos Órfãos.....	534
19.10	Prestação de Contas.....	535
19.11	Cessação da Tutela	537
19.12	Processo de Interdição.....	537
20	Curatela	539
20.1	Introdução. Conceito	539
20.2	Princípios da curatela. Quem pode ser Curador	544
20.2.1	Administração Provisória	546
20.3	Pessoas com Deficiência	546
20.4	Aqueles que por Causa Transitória ou Permanente não Puderem Exprimir sua Vontade.....	547
20.5	Ébrios Habituais e Viciados em Tóxicos	547
20.6	Pródigos.....	549
20.7	Nascituros	550
20.8	Tomada de Decisão Apoiada. Mentores ou Preceptores.....	551
20.9	Legitimidade para Requerer a Interdição	553

20.10 Processo de Interdição.....	555
20.11 Sentença de Interdição	557
20.12 Levantamento de Interdição. Internamento	558
21 Ausência	561
21.1 Introdução.....	561
21.2 Curadoria do Ausente	564
21.3 Sucessão Provisória.....	566
21.4 Sucessão Definitiva	570
21.5 Consequências para o Direito de Família	571
Bibliografia	573
Índice Remissivo.....	581

6

DIREITO CIVIL

Sucessões

SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

17.^a edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- E-mail do autor: silvio@silviovenosa.com.br

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.10.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V575d

V. 6

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: sucessões / Sílvio de Salvo Venosa. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
(Coleção Direito Civil; 6)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-00924-8

1. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Série.

16-37206

CDU: 342.71

4079812

SUMÁRIO

1	Noções Introdutórias	1
1.1	Sucessão. Compreensão do Vocábulo. O Direito das Sucessões	1
1.2	Direito das Sucessões no Direito Romano	2
1.3	Ideia Central do Direito das Sucessões	4
1.4	Noção de Herança	6
1.5	Sucessão Legítima e Testamentária. Lei Aplicável. Legado não se Confunde com Herança	9
2	Abertura da Sucessão. Transmissão da Herança. Aceitação e Renúncia da Herança. Cessão da Herança	13
2.1	Fato que Determina a Sucessão	13
2.2	Momento da Abertura da Sucessão. A Comoriência	13
2.3	Transmissão e Aceitação da Herança. Lei que Regula a Sucessão e a Legitimação para Suceder	15
2.4	Aceitação da Herança. Conteúdo. Formas. Renúncia	20
2.4.1	Direito de Deliberar	32
2.4.2	Aceitação da Herança sob Benefício de Inventário	33
2.5	Cessão de Direitos Hereditários (Venda ou Alienação da Herança ou de Bens da Herança)	35
3	Inventário: Noção. Posse dos Herdeiros e Posse do Inventariante. Indivisibilidade da Herança. Capacidade para Suceder. Pactos Sucessórios	41
3.1	Inventário e Indivisibilidade da Herança	41
3.1.1	Foro Competente	46
3.1.2	Inventariança	48
3.1.3	Nomeação e Remoção do Inventariante	51
3.1.3.1	Leitura complementar	53
3.2	Indivisibilidade da Herança	55

3.3	Capacidade para Suceder	55
3.4	Pactos Sucessórios	59
4	Capacidade para Suceder. Indignidade. Aparência e Herdeiro Aparente.....	61
4.1	Capacidade para Suceder	61
4.2	Indignidade para Suceder	65
4.3	Características da Indignidade	66
4.4	Efeitos da Indignidade.....	68
4.5	Reabilitação do Indigno	70
4.6	Casos de Indignidade.....	72
4.7	Aparência e Herdeiro Aparente. O Art. 1.817 do Código Civil. Posição do Herdeiro Aparente no Código de 2002.....	76
5	Herança Jacente. Herança Vacante. Sucessão do Estado. Sucessão do Ausente	81
5.1	Herança sem Herdeiros. Jacência.....	81
5.2	Casos de Herança Jacente.....	83
5.3	Arrecadação dos Bens da Herança Jacente	85
5.4	Herança Vacante.....	87
5.5	Sucessão do Estado	90
5.6	Sucessão do Ausente. Sucessão Provisória e Definitiva	91
6	Inventários e Arrolamentos. Processo. Petição de Herança.....	95
6.1	Inventário e Partilha. Judicialidade e Extrajudicialidade do Inventário. Lei nº 11.441/07. Questões de Alta Indagação	95
6.1.1	Inventário e Partilha Extrajudicial. Aspectos do Inventário Judicial.....	96
6.2	Dispensa do Processo de Inventário. Alvarás.....	100
6.3	Inventário Negativo.....	103
6.4	Legitimidade para Requerer o Inventário. Prazos	104
6.5	Foro do Inventário	106
6.6	Questões Relativas à Inventariança.....	107
6.7	Primeiras Declarações	109
6.8	Citações no Inventário.....	110
6.9	Fase das Impugnações no Inventário.....	111
6.10	Fase de Avaliação e Cálculo do Imposto. Últimas Declarações	112
6.11	Imposto <i>Causa Mortis</i>	115

6.12	Arrolamentos.....	118
6.13	Petição de Herança.....	121
7	Vocação Hereditária. Sucessão Legítima e Testamentária. Ordem de Vocação Hereditária.....	127
7.1	Sucessão Legítima e Testamentária.....	127
7.2	Origens Históricas.....	128
7.3	Sucessão em Linha Reta: Sucessão dos Descendentes.....	130
7.4	Igualdade de Direito Sucessório dos Descendentes na Atualidade. O Art. 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988.....	131
7.5	Direito de Representação. Representação na Classe dos Descendentes.....	135
7.5.1	Fundamento do Instituto da Representação	138
7.5.2	Requisitos da Representação	139
7.5.3	Efeitos da Representação	140
7.6	Sucessão dos Ascendentes.....	140
7.7	Sucessão do Cônjuge Sobrevivente	141
7.7.1	Meação do Cônjuge.....	142
7.7.2	Sucessão do Cônjuge. Evolução na Posição Sucessória da Mulher.....	143
7.7.2.1	A sucessão do cônjuge no Código de 2002.....	146
7.7.2.2	Legitimidade do cônjuge para suceder.....	150
7.8	União Estável. Direito Sucessório dos Companheiros	151
7.8.1	Direitos Sucessórios dos Companheiros no Código de 2002.....	159
7.9	Sucessão dos Colaterais	165
7.10	Sucessão do Estado	167
7.11	Sucessão do Cônjuge. Direito Real de Habitação.....	167
7.11.1	Antecedentes. Princípios.....	167
7.11.2	Direito de Habitação e União Estável.....	169
7.11.3	Aspectos do Direito Real de Habitação Sucessório. Soluções.....	170
8	Herdeiros Necessários. Porção Legítima. Inalienabilidade e Outras Cláusulas Restritivas.....	173
8.1	Restrição à Liberdade de Testar. Histórico. Fundamento	173
8.1.1	Cálculo das Doações no Cômputo das Legítimas	176
8.2	Restrições que Pode Sofrer a Legítima. A Cláusula de Inalienabilidade.....	177

XII | DIREITO CIVIL • VOL. 6 • Venosa

8.2.1	Conceito da Cláusula de Inalienabilidade	180
8.2.2	Espécies de Inalienabilidade.....	180
8.2.3	Efeitos da Inalienabilidade. Exceções.....	182
8.3	Cláusula de Incomunicabilidade.....	184
8.4	Cláusula de Impenhorabilidade	186
8.5	Cláusula de Conversão de Bens da Legítima.....	188
8.6	Cláusula de Administração de Bens à Mulher Herdeira no Código de 1916.....	189
8.7	Sub-rogação de Vínculos.....	190
8.8	Cláusulas Restritivas no Código Civil de 2002.....	192
9	Testamento.....	195
9.1	Introdução.....	195
9.2	Aspectos Históricos.....	196
9.3	Definição, Conceito e seus Elementos Constitutivos	198
9.3.1	O Testamento é Negócio Jurídico.....	199
9.3.2	O Testamento é Ato Unilateral.....	200
9.3.3	O Testamento é Ato de Última Vontade ou <i>Causa Mortis</i>	200
9.3.4	O Testamento é Negócio Jurídico Revogável	201
9.3.5	O Testamento é Ato Solene.....	201
9.3.6	O Testamento é Ato Personalíssimo.....	203
9.4	Disposições não Patrimoniais do Testamento.....	204
9.5	Gratuidade do Testamento.....	206
10	Capacidade de Testar e Capacidade de Adquirir por Testamento	207
10.1	Capacidade de Testar (Capacidade Testamentária Ativa).....	207
10.1.1	Incapacidade em Razão da Idade	208
10.1.2	Incapacidade por Falta de Discernimento ou Enfermidade Mental.....	209
10.1.3	Diferença entre Incapacidade de Testar e Vícios de Vontade	214
10.1.4	Surdos-mudos	216
10.2	Sobre Outras Incapacidades.....	217
10.3	Capacidade de Adquirir por Testamento (Capacidade Testamentária Passiva)	219
10.3.1	Situação do Nascituro.....	220
10.3.2	Atribuição Testamentária à Prole Eventual	221

10.4	Incapacidade Relativa ou Falta de Legitimação para Adquirir por Testamento	224
10.5	Simulação de Contrato Oneroso e Interposição de Pessoas.....	226
11	Formas de Testamento. Testemunhas. Codicilos	229
11.1	Introdução.....	229
11.2	Perda, Extravio ou Destruição do Testamento.....	232
11.3	Testamento Público.....	233
11.3.1	Registro e Cumprimento do Testamento Público (Disposições Processuais)	240
11.4	Testamento Cerrado (Secreto ou Místico).....	241
11.4.1	Atividade Notarial no Testamento Cerrado.....	244
11.4.2	Testador e sua Posição no Testamento Cerrado	247
11.4.3	Abertura, Registro e Cumprimento do Testamento Cerrado (Disposições Processuais).....	250
11.5	Testamento Particular.....	251
11.5.1	Testamento Particular Excepcional	257
11.5.2	Publicação e Confirmação do Testamento Particular (Disposições Processuais)	258
11.6	Testamentos Especiais.....	259
11.7	Testemunhas Testamentárias no Código de 1916.....	261
11.7.1	Testemunhas no Testamento no Código de 2002.....	263
11.8	Codicilos.....	265
12	Disposições Testamentárias: Conteúdo, Interpretação e Análise	269
12.1	Conteúdo do Testamento	269
12.2	Interpretação da Vontade Testamentária	270
12.3	Disposições Simples, Condicionais, com Encargo, por Certa Causa e a Termo	274
12.4	Identificação dos Beneficiários. Disposições Nulas. Pluralidade de Sucessores. Disposições Testamentárias Anuláveis	278
13	Legados. Modalidades	283
13.1	Interação do Conceito	283
13.2	Legado de Coisa Alheia	287
13.3	Legado de Usufruto e Direitos Reais Limitados.....	289
13.4	Legado de Imóvel	290
13.5	Legado de Alimentos	291
13.6	Legado de Crédito	293

XIV | DIREITO CIVIL • VOL. 6 • Venosa

14 Efeitos dos Legados e seu Pagamento	295
14.1 Forma de Aquisição dos Legados.....	295
14.2 Quem Efetua o Pagamento dos Legados.....	298
14.3 Efeitos.....	299
15 Caducidade dos Legados	303
15.1 Introdução.....	303
15.2 Modificação da Coisa Legada	304
15.3 Alienação da Coisa Legada	305
15.4 Perecimento ou Evicção da Coisa Legada.....	307
15.5 Caducidade por Indignidade.....	309
15.6 Caducidade pela Premorte do Legatário.....	309
16 Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários.....	311
16.1 Introdução. Conceito	311
16.2 Direito de Acrescer entre Coerdeiros	314
16.3 Direito de Acrescer entre Legatários	317
16.4 Direito de Acrescer no Usufruto	318
17 Substituições. Fideicomisso	319
17.1 Substituições. Conceito. Origem. Vontade do Testador e Limites Legais	319
17.2 Substituição Vulgar e Recíproca.....	323
17.3 Fideicomisso	324
17.3.1 Histórico do Fideicomisso.....	326
17.3.2 Modalidades de Fideicomisso. Objeto. Duração. Fideicomisso Residual.....	327
17.3.3 Fideicomitente, Fiduciário e Fideicomissário. Direitos e Deveres. Caducidade e Extinção do Fideicomisso.....	330
17.3.4 Fideicomisso e Usufruto	335
17.3.5 Utilidade do Fideicomisso.....	336
18 Deserdação.....	337
18.1 Exclusão dos Herdeiros Necessários.....	337
18.2 Origens Históricas.....	341
18.3 Requisitos da Deserdação	342
18.4 Prova da Causa da Deserdação.....	343
18.5 Casos de Deserdação	347

18.6	Efeitos da Deserdação	350
18.6.1	Os Efeitos não Passam da Pessoa do Deserdado	350
18.6.2	Diferenças na Situação Jurídica do Indigno e na Situação Jurídica do Deserdado.....	352
18.6.3	Destino dos Bens que Caberiam ao Deserdado.....	353
19	Redução das Disposições Testamentárias	355
19.1	Conceito	355
19.2	Procedimento para a Redução.....	356
19.3	Cálculo da Parte Inoficiosa	361
19.3.1	Doações e Parte Inoficiosa.....	362
19.4	Regras para a Redução.....	364
20	Nulidades do Testamento. Revogação e Caducidade	367
20.1	Nulidades em Matéria de Testamento	367
20.2	Revogação do Testamento.....	372
20.2.1	Revogação pela Abertura ou Dilaceração do Testamento Cerrado	376
20.2.2	Revogação Presumida (Ruptura do Testamento)	377
20.3	Caducidade dos Testamentos	379
21	Testamenteiro.....	381
21.1	Conceito. Origens.....	381
21.2	Natureza Jurídica.....	382
21.3	Da Necessidade da Testamentaria.....	383
21.4	Escolha e Nomeação do Testamenteiro.....	384
21.5	Posse dos Bens da Herança	385
21.6	Obrigações do Testamenteiro	387
21.7	Testamenteiros Simultâneos	390
21.8	Remuneração do Testamenteiro (a Vintena).....	390
21.9	Extinção da Testamentaria.....	393
22	Sonegados	395
22.1	Conceito	395
22.2	Requisitos da Sonegação	399
22.3	Quem Pode Praticar a Sonegação	401
22.4	Momento em que Ocorre a Sonegação	403
22.5	Quem Pode Mover Ação de Sonegados	405

XVI | DIREITO CIVIL • VOL. 6 • Venosa

22.6	Ação de Sonegados.....	406
22.7	Efeitos da Sonegação. Penas.....	406
23	Colações	409
23.1	Conceito. Fundamento	409
23.2	Colação e Redução das Liberalidades.....	414
23.3	Quem Deve Colacionar	416
23.4	Momento da Colação. Procedimento	419
23.5	Valor da Colação	420
23.6	Objeto da Colação. Bens que não são Colacionados.....	421
24	Partilha. Garantia dos Quinhões. Invalidade da Partilha	423
24.1	Partilha. Conceito. Início do Procedimento	423
24.2	Espécies de Partilha.....	426
24.3	Regras a Serem Observadas para uma Partilha Melhor.....	430
24.4	Frutos dos Bens Hereditários	431
24.5	Partilha Feita em Vida	432
24.6	Sobrepilha.....	434
24.7	Garantia dos Quinhões Hereditários. Responsabilidade pela Evicção.....	436
24.8	Invalidade da Partilha: Nulidade e Anulação. Rescisão da Sentença de Partilha	439
25	Encargos de Herança. Pagamento das Dívidas	445
25.1	Espólio. Encargos da Massa Hereditária	445
25.2	Procedimento para o Pagamento das Dívidas do Espólio	447
25.3	Dívidas da Massa Hereditária: Dívidas Póstumas. Dívidas com Privilégio Geral	451
25.4	Responsabilidade dos Herdeiros	453
25.5	Pedido de Separação de Patrimônios Feito por Legatários e Credores.....	454
	Bibliografia	457
	Índice Remissivo.....	463